

JSP HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 32.392.209/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas: A JSP Holding S.A. em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo (SP), em 30 de abril de 2025

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	56.157	102.529	2.020.561	1.660.445	Fornecedores	14	303	419	7.220.479	6.394.662
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	—	—	11.067.285	9.600.835	Floor plan	15	—	—	747.045	377.000
Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	173.889	312.997	1.207.495	342.178	Risco sacado a pagar	17	—	—	32.860	115.582
Contas a receber	8	—	—	6.279.565	5.132.172	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	—	—	6.994.155	3.718.776
Estoques	9	—	—	3.200.318	2.890.509	Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	196.524	347.151	1.756.903	1.070.832
Imóveis a comercializar	—	—	—	69.050	37.564	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	—	—	131.765	124.609
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	—	—	1.575.614	1.262.241	Arrendamentos por direito de uso	19	—	—	446.771	364.875
Tributos a recuperar	—	—	—	472.722	503.949	Cessão de direitos creditórios	20	—	—	1.367.847	1.129.946
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	—	—	942.176	855.076	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	—	—	—	391.004	268.291
Dividendos a receber	24.1	7.286	23.290	163	—	Compra de ações de controladas a termo	21	—	—	85.563	—
Partes relacionadas	24.1	528	3.212	180	2.864	Obrigações sociais e trabalhistas	—	482	432	751.631	729.484
Outros créditos	—	815	698	860.133	575.351	Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.3	—	—	52.687	45.357
	—	238.675	442.726	27.695.262	22.863.184	Tributos a recolher	—	2.671	966	560.615	457.731
	—	—	—	—	—	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.2	66.385	57.084	242.209	180.741
	—	—	—	—	—	Partes relacionadas	24.2	50.989	—	91	511
	—	—	—	—	—	Outras contas a pagar	—	—	—	621.632	812.672
	—	—	—	—	—		—	317.354	406.052	21.403.257	15.791.069
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	—	—	187.241	178.226	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	177.859	295.186	48.515.910	39.967.549
Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	—	—	2.244.453	873.062	Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	—	—	2.035.132	1.163.486
Contas a receber	8	—	—	473.345	494.197	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	—	—	92.114	147.481
Tributos a recuperar	—	38.847	27.090	548.946	411.863	Arrendamentos por direito de uso	19	—	—	1.675.401	1.499.744
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	—	—	198.069	114.026	Cessão de direitos creditórios	20	—	—	548.699	1.191.701
Depósitos judiciais	22.1	—	—	153.370	118.518	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	—	—	—	1.138.727	971.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	—	—	1.666.091	1.591.413	Tributos a recolher	—	—	—	17.053	31.356
Partes relacionadas	24.1	16.438	54.247	130.299	88.089	Obrigações sociais e trabalhistas	—	—	—	55.873	183.941
Ativo de indenização por combinação de negócios	22.3	—	—	519.956	604.600	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22.2	—	—	674.087	767.658
Imóveis a comercializar	—	—	—	27.860	27.370	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	—	—	1.645.972	1.528.624
Outros créditos	—	—	—	267.118	242.287	Compra de ações de controladas a termo	21	—	—	1.081.123	1.058.486
	—	55.285	81.337	6.416.749	4.743.651	Outras contas a pagar	—	—	—	206.796	78.285
Investimentos	11	1.985.840	2.228.769	45.623	41.342		—	177.859	295.186	57.686.887	48.589.977
Imobilizado	12	3	319	46.447.507	40.017.361		—	495.212	701.238	79.090.144	64.381.046
Intangível	13	—	—	4.282.203	3.518.270	Total do passivo					
	—	2.041.128	2.310.425	57.192.082	48.320.624	Patrimônio líquido					
	—	—	—	—	—	Capital social	25.1	422.169	422.169	422.169	422.169
	—	—	—	—	—	Reservas de capital	25.1	372.823	372.823	372.823	372.823
	—	—	—	—	—	Reserva de lucros	25.2	296.457	376.374	296.457	376.374
	—	—	—	—	—	Transações de capital	25.3	110.593	110.593	110.593	110.593
	—	—	—	—	—	Ajustes de avaliação patrimonial	25.4	26.344	30.955	26.344	30.955
	—	—	—	—	—	Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	—	556.204	738.999	556.204	738.999
	—	—	—	—	—	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	—	1.784.591	2.051.913	1.784.591	2.051.913
	—	—	—	—	—	Participação de não controladores	25.6	—	—	4.012.608	4.750.849
	—	—	—	—	—	Total do patrimônio líquido	—	1.784.591	2.051.913	5.797.199	6.802.762
	—	—	—	—	—	Total do passivo e patrimônio líquido	—	2.279.803	2.753.151	84.887.343	71.183.808
Total do ativo	—	2.279.803	2.753.151	84.887.343	71.183.808						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas											

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de					
serviços e venda de ativos desmobilizados	28	—	—	41.220.362	31.910.541
Custo de venda, locação e prestação de serviços e					
venda de ativos desmobilizados	29	—	—	(30.592.940)	(23.749.952)
Lucro bruto		—	—	10.627.422	8.160.589
Despesas comerciais	29	(448)	(1.805)	(1.484.699)	(1.223.633)
Despesas administrativas	29	(17.072)	(14.740)	(2.072.043)	(2.054.810)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	29	—	—	(360.893)	(184.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	63	55	8.069	182.066
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	(28.451)	(229.566)	40.698	8.592
Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras		(45.908)	(246.056)	6.758.554	4.888.411
Receitas financeiras	30	11.029	33.777	1.662.769	1.202.105
Despesas financeiras	30	(33.138)	(57.330)	(7.979.658)	(7.112.641)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da					
contribuição social das operações em continuidade		(68.017)	(269.609)	441.665	(1.022.125)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.1	—	—	(127.031)	(90.279)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.1	—	—	(192.038)	463.493
Total do imposto de renda e da contribuição social		—	—	(319.069)	373.214
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(68.017)	(269.609)	122.596	(648.911)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(68.017)	(269.609)	(68.017)	(269.609)
Acionistas não controladores		—	—	190.612	(379.302)
(=) Lucro básico (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	31	(0,24)	(0,94)	—	—
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais					
		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	—	(68.017)	(269.609)	122.596	(648.911)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Variações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa nas controladas	(221.884)	212.522	(528.416)	585.942	
Imposto de renda e contribuição social sobre variações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	53.652	(30.034)	179.661	(199.220)	
Ganho na alienação de participação em controladas	—	97.637	—	170.247	
Variações na conversão de operações no exterior reflexo de controladas	11.678	(7.247)	29.851	(18.932)	
Variações não realizadas sobre instrumentos de títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas	(5.289)	69.593	(39.977)	163.490	
Total de outros resultados abrangentes	—	(161.843)	342.471	(358.881)	701.527
Resultado abrangente do exercício	—	(229.860)	72.862	(236.285)	52.616
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	—	(229.860)	72.862	(229.860)	72.862
Acionistas não controladores	—	—	—	(6.426)	(20.246)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(68.017)	(269.609)	441.665	(1.022.125)
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	28.451	229.568	(8.069)	(5.325)
Depreciação, amortização e provisão para perda de valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)	316	399	4.016.946	3.487.312
Custo de venda de ativos desmobilizados	—	—	7.186.744	5.366.733
Resultado na venda de ativos imobilizados	—	—	(2.028)	—
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	—	—	495.703	913.051
Ganho por compra vantajosa e combinação de negócios	—	—	(3.995)	(259.194)
Perdas (ganhos) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(11.519)	(5.755)	(1.194.813)	1.945.272
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e risco sacado a pagar	—	—	2.244.280	(442.794)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado	39.881	52.782	5.710.624	4.222.427
Juros e despesas financeiras sobre outros passivos	—	—	783.873	739.257
	(10.888)	7.385	19.670.930	14.944.614
Contas a receber	—	—	(1.180.623)	(949.059)
Estoques	—	—	(283.152)	(1.070.770)
Imóveis a comercializar	—	—	(23.821)	(19.851)
Fornecedores e floor plan	(116)	281	1.017.758	(98.921)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	(7.727)	(20.068)	(1.115)	165.536
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(116)	1.154	(775.883)	(400.802)
	(7.960)	(18.633)	(1.246.836)	(2.373.867)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(293.993)	(488.835)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado	(13.363)	(59.315)	(5.377.295)	(4.613.484)
Juros pagos sobre compras de ações a termo	—	—	(47.923)	—
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	—	—	(14.859.243)	(10.477.540)
Resgates (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	—	—	(1.475.465)	1.568.673
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(32.210)	(70.563)	(3.629.825)	(1.440.439)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	—	(130.229)	(29)	(130.251)
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	—	—	(1.497.123)	(991.791)
Valor da venda de ativo imobilizado	—	—	6.503	—
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	42.227	69.218	5.212	69.218
Compra de ações a termo	—	—	—	(130.606)
Aquisições de empresas, líquido de caixa	—	—	(47.628)	(275.132)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	42.227	(61.011)	(1.533.065)	(1.458.562)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Oferta de ações de empresas controladas	—	—	—	1.279.957
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	—	—	15.624.562	9.920.074
Amortização empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures e risco sacado	(146.335)	—	(7.864.358)	(6.875.886)
Pagamento de instrumentos derivativos de hedge	—	—	(1.040.547)	(2.068.638)
Recompra de ações para tesouraria	—	—	(99.687)	(37.587)
Aumento de capital	—	—	12.674	—
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	—	—	(226.481)	(225.227)
Repasse de cessão de direitos creditórios	—	—	(2.923.160)	(1.637.341)
Novas cessões de direitos creditórios	—	—	2.198.321	1.478.762
Transação compra ações termo sintético	—	—	22.638	1.056.949
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(813)	(100.672)	(157.991)	(584.455)
Parte relacionada, líquida	90.759	(33.118)	(22.966)	(2.149)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(56.389)	(133.790)	5.523.005	2.304.459
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46.372)	(265.364)	360.116	(594.542)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	102.529	367.893	1.660.445	2.254.987
No final do exercício	56.157	102.529	2.020.561	1.660.445
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46.372)	(265.364)	360.116	(594.542)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas				

★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DA JSP HOLDING S.A.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

	Reserva de lucros							Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	422.169	372.823	700.073	45.910	—	30.955	110.593	274.804	1.957.327	3.893.864	5.851.191
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(269.609)	—	—	—	(269.609)	(379.302)	(648.911)
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	—	—	—	—	—	—	—	—	342.471	359.056	701.527
Total resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	—	—	—	—	(269.609)	—	—	342.471	72.862	(20.246)	52.616
Destinação dos resultados	—	—	(269.609)	—	269.609	—	—	—	—	—	—
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	—	(100.000)	—	—	—	—	—	(100.000)	—	(100.000)
Recebimento extra de dividendos da Simpar	—	—	—	—	—	9.390	—	—	9.390	—	9.390
Movimentações patrimoniais em controlada - Ribeira	—	—	—	—	—	—	—	(1.956)	(1.956)	—	(1.956)
Movimentações patrimoniais em coligada - JSL	—	—	—	—	—	—	—	2.360	2.360	1.353	3.713
Movimentações patrimoniais em coligada - Vamos	—	—	—	—	—	—	—	(84.510)	(84.510)	(48.466)	(132.976)
Movimentações patrimoniais em controlada Simpar:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recompra de ações	—	—	—	—	—	—	—	(14.395)	(14.395)	(23.193)	(37.588)
Mudança de participação em controladas	—	—	—	—	—	—	—	210.960	210.960	948.442	1.159.402
Outras movimentações do período	—	—	—	—	—	—	—	(125)	(125)	(906)	(1.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	422.169	372.823	330.464	45.910	—	40.345	110.593	729.609	2.051.913	4.750.849	6.802.762

	Reserva de lucros							Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	422.169	372.823	330.464	45.910	—	40.345	110.593	729.609	2.051.913	4.750.849	6.802.762
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(68.017)	—	—	—	(68.017)	190.612	122.596
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	—	—	—	—	(68.017)	—	—	(161.843)	(161.843)	(197.038)	(358.881)
Destinação dos resultados	—	—	(68.017)	—	68.017	—	—	(161.843)	(229.860)	(6.426)	(236.286)
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	—	(11.900)	—	—	—	—	—	(11.900)	—	(11.900)
Movimentações patrimoniais em controlada Ribeira	—	—	—	—	—	—	—	(4.610)	(4.610)	—	(4.610)
Movimentações patrimoniais em controlada Vamos:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recompra de ações	—	—	—	—	—	—	—	(1.107)	(1.107)	(1.107)	(2.214)
Perda no investimento	—	—	—	—	—	—	—	(2.012)	(2.012)	(2.012)	(4.024)
Redução de capital	—	—	—	—	—	—	—	(12.371)	(12.371)	(12.371)	(24.742)
Movimentações patrimoniais em controlada Simpar:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mudança de participação em controladas	—	—	—	—	—	—	—	75.211	75.211	—	75.211
Recompra de ações	—	—	—	—	—	—	—	(35.729)	(35.729)	(63.958)	(99.687)
Perda na incorporação de ações	—	—	—	—	—	—	—	(35.844)	(35.844)	(649.836)	(685.680)
Ágio na aquisição de ações de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	(84.714)	(84.714)	(58.869)	(143.583)
Outras movimentações do exercício	—	—	—	—	—	—	—	75.614	75.614	56.338	131.952
Saldos em 31 de dezembro de 2024	422.169	372.823	250.547	45.910	—	40.345	110.593	542.204	1.784.591	4.012.608	5.797.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JSP Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de janeiro de 2019. Sua sede administrativa está localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, sala 1, Itaim Bibi - São Paulo - SP. Sua principal atividade consiste em ser holding das empresas relacionadas abaixo: **a) Simpar S.A.** (“Simpar”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede administrativa localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi - São Paulo - SP, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (ticker) SIMH3. **b) Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (“Ribeira”) - atuando nas atividades de compra, venda, locação e administração de bens móveis e imóveis próprios, bem como a participação em empreendimentos imobiliários e Sociedades de Propósitos Específicos - SPE s). A Companhia e suas controladas (em conjunto denominada “Grupo”) operam em oito segmentos de negócios: **JSL:** Transporte rodoviário de cargas e logística dedicada de cargas rodoviárias e de commodities, logística interna, distribuição urbana, serviços de armazenagem e fretamento de passageiros; **Movida:** Locação de veículos leves (“Rent a Car” ou “RAC”), gestão e terceirização de frotas de veículos leves (“GTF”) para os setores privado e público. Como consequência e visando a continuidade das atividades de locação, a Movida renova constantemente sua frota; **Vamos:** Locação, gestão de frotas e prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, industrialização e customização. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes são desmobilizados e vendidos; **Automob:** Comercialização de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, peças, acessórios, serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, comercialização de motos, serviços de blindagem, e serviços de intermediação na venda de financiamentos, seguros automotivos e serviços correlatos a sua operação; **CS Brasil:** Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados para o setor público com serviço de motorista, transporte municipal de passageiros e limpeza urbana. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes, são desmobilizados e vendidos; **CS Infra:** Administração de portos e de concessões de rodovias, operação de sistemas de transporte urbano de passageiros no formato BRT (Bus Rapid Transit) e gestão de estacionamento rotativo; **Ciclus Ambiental:** Serviços ambientais, como operação de aterro sanitário com tratamento e transformação dos resíduos recebidos, incluindo a geração e comercialização de biogás e energia por ele gerada, produção e comercialização de crédito de carbono e tratamento de chorume; **BBC:** Serviços financeiros e bancários, incluindo financiamento, arrendamento, empréstimo, investimentos, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito pessoal, conta corrente, antecipação a fornecedores, conta digital e emissão e administração de cartões. O Grupo conta ainda com entidades situadas no exterior, para fins de captação de recursos financeiros pela emissão de *Senior Notes* (“*Bonds*”), outras entidades jurídicas com operações não relevantes e não alocadas em algum dos segmentos descritos acima. Essas atividades estão sendo apresentadas como segmento “Holding e demais atividades”, conforme descrito na nota explicativa 28 - Informações por Segmento. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024:** **1.1.1 Emissão de dividas:** • **Segmento JSL:** Em 29 de fevereiro de 2024, a controlada JSL S.A. efetuou a captação via Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA lastreados por Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), em três séries, todas com o vencimento em 7 anos e amortizações ao final do quinto, sexto e sétimo ano, no valor total de R\$ 1.750.000. As séries são remuneradas por (i) primeira série uma taxa Prefixada de 11,33% e possui instrumento de proteção por contrato de swap para CDI + 0,82%, (ii) segunda série por IPCA + 6,45% e possui proteção por contrato de swap para CDI + 0,99% e (iii) terceira série por CDI + 1,20%. A captação tem como objetivo o reforço de capital de giro. Em 06 de março de 2024, a controlada JSL S.A. captou via debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, o montante de R\$ 200.000 remunerado a CDI + 2,35%, em série única, com vencimento em 5 anos e com amortizações no quarto e quinto ano. A captação tem como objetivo o reforço de capital de giro. Em 26 de agosto de 2024, a controlada indireta Transportes Marvel S.A. concluiu a captação de R\$ 165.000 por meio da primeira emissão de Nota de Crédito à Exportação (NCE), indexados a USD + 6,19% a.a. e instrumento de proteção por contrato de swap para CDI + 1,90%. • **Segmento Movida:** Em 04 de abril de 2024, a Movida Europe S.A., subsidiária da controlada Movida Participações S.A. (“Movida”), realizou a emissão de títulos de dívida no mercado internacional, ao valor total de US\$ 500.000, remunerados à taxa de 8,20% ao ano e instrumento de proteção por contrato de swap para CDI + 2,28% e com vencimento em abril de 2029. O montante foi internalizado no Brasil em 13 de maio de 2024 por meio de debêntures cambiais pelo valor de R\$ 2.573.200 com remuneração Prefixada em 9,82%. Foi contratado instrumento de proteção swap para CDI + 2,28%. A Companhia pretende utilizar os recursos captados para o pré-pagamento de dívidas locais, reforço de capital de giro e compra de veículos para a frota. Em 08 de julho de 2024, a controlada Movida Locação de Veículos S.A., captou via 12ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, de espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 750.000 com vencimento em 4 anos, sendo remunerados à taxa CDI + 2,30%, para utilização na gestão de caixa, reforço de liquidez e alongamento no perfil de dívida. Em 31 de julho de 2024 a controlada Movida captou via 15ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 340.000, com vencimento em 4 anos, remunerados à taxa CDI + 2,30% a.a. Esses recursos serão destinados para o resgate antecipado da 5ª emissão de Notas Promissórias Comerciais da Movida, e o saldo residual será utilizado para reforço de liquidez e com o alongamento no perfil de dívida. Em 29 de agosto de 2024, a controlada Movida Locação de Veículos S.A., captou via 13ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, de espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 1.400.000 com vencimento em 4 anos, remunerados à taxa CDI + 2,60%, para utilização na gestão de caixa, reforço de liquidez, com o alongamento no perfil de dívida. Em 23 de dezembro de 2024 a Movida captou via 16ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 500.000, com vencimento em 7 anos, remuneradas à taxa CDI + 2,70% a.a., para aquisição de veículos. • **Segmento Vamos:** Em 21 de fevereiro de 2024, a controlada Vamos captou via 10ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 500.000, com vencimento em 5 anos, remuneradas à taxa CDI + 2,35% a.a., para reforço de liquidez e capital de giro. Em 12 de julho de 2024, a controlada Vamos captou via 11ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, o valor de R\$ 1.000.000, com vencimento em 6 anos, remuneradas à taxa CDI + 2,70% a.a., como parte da reorganização societária descrita na nota explicativa 1.1.7. **1.1.2 Contrato e aquisição de frota do Grupo Petrópolis - Segmento Vamos:** Em 15 de janeiro de 2024, a controlada Vamos concluiu a transação, na qual efetuou a aquisição de 2.923 caminhões e celebrou, concomitantemente, contrato de locação dos veículos com o Grupo Petrópolis. O valor da aquisição foi de R\$ 575.300. Nessa operação, a Vamos acordou a locação de cerca de 2.390 caminhões e a desmobilização dos outros 533 caminhões, disponibilizados para venda. Do total de ativos locados, 587 caminhões serão substituídos por caminhões zero quilômetro. O contrato de locação tem prazos de 5 a 7 anos, reajustado anualmente pela inflação. O valor do contrato é de R\$ 15.600 de receita bruta mensal, totalizando um fluxo contratual total de cerca de R\$ 1.100.000. **1.1.3 Constituição da holding Ciclus Ambiental com a consolidação de empresas de gestão de resíduos e saneamento - Segmento Ciclus Ambiental:** Em 2 de fevereiro de 2024, a Simpar S.A., constituiu a holding Ciclus Ambiental S.A. (“Ciclus Ambiental”) para consolidar os negócios existentes e futuros do Grupo no setor de gestão e valorização de resíduos e saneamento, e representar o segmento de negócios Ciclus Ambiental, o qual compreende as controladas Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (“Ciclus Rio”), localizada no Rio de Janeiro (RJ), e controlada Ciclus Amazônia S.A. (“Ciclus Amazônia”). **1.1.4 Concessão de Gestão de resíduos em Belém-PA - Segmento Ciclus Ambiental:** Em 8 de janeiro de 2024 a controlada CS Brasil, através do Consórcio Natureza Viva Saneamento e Meio Ambiente (“Consórcio”), no qual participa com 45%, venceu a concorrência nº 02/2023 que tem como objeto a parceria público-privada (“PPP”), na modalidade de concessão administrativa, para prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na cidade de Belém-PA (“Concessão”). O Consórcio constituiu uma sociedade de propósito específico, com razão social Ciclus Amazônia S.A., que em 15 de abril de 2024 iniciou os trabalhos de gestão de resíduos da cidade de Belém-PA. O escopo do contrato contempla a coleta, varrição, transbordo, transporte e triagem para fins de reutilização ou reciclagem, implantação de uma Estação de Transferência de Resíduos (“ETR”) e do novo Centro de Tratamento de Resíduos (“CTR”), além da destinação final dos resíduos de forma ambientalmente adequada. A Concessão terá duração de 30 anos, encerrando em janeiro de 2054. **1.1.5 Aumento de capital social da Simpar S.A. decorrente do bônus de subscrição emitido pela incorporação de ações da CS Infra - Grupo Simpar:** Em fevereiro de 2024, a JSP Holding S.A. integralizou 34.632.624 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia pelo valor de R\$ 1,00, exercendo o direito de integralização por Bônus de Subscrição de ações definido no protocolo de incorporação de ações da CS Infra, que detinha o controle direto na Ciclus Rio. O exercício do Bônus de Subscrição estava condicionado ao reestabelecimento do alcance dos efeitos do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 318/2003 (“Contrato de Concessão”), celebrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (“COMLURB”) com a Ciclus Rio, que foi efetivado em aditivo assinado pelas partes em 22 de dezembro de 2023. As novas ações emitidas decorrem do pleno atingimento da métrica estabelecida no Certificado do Bônus de Subscrição relacionada ao valor efetivo do reajuste da tarifa mensal dos serviços prestados no âmbito do Contrato de Concessão, tendo sido ajustada pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela SIMPAR a partir de 28 de outubro de 2021, conforme estabelecido no Certificado do Bônus de Subscrição. Em decorrência deste bônus de subscrição, o capital social da Simpar S.A., foi aumentado de R\$1.174.361.606,43, representado por 838.407.909 ações ordinárias, para R\$1.174.361.607,43, representado por 873.040.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **1.1.6 Impacto decorrente das enchentes no estado do Rio Grande do Sul:** Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas que causaram inundações em diversas cidades. As operações do Grupo SIMPAR estão espalhadas em todo o território nacional, sendo que uma parte pequena de seus ativos está alocada nas áreas afetadas. Foram observados impactos nas controladas Vamos e Movida, as quais registraram provisão para perda do valor recuperável (*impairment*) de determinados ativos que foram afetados,

no valor de R\$ 48.194, conforme demonstrado na nota explicativa 30. **1.1.7 Reorganização societária - Segmento Vamos e Automob:** Em 29 de setembro de 2024, a Simpar comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação societária com o objetivo de (i) tornar a operação de sua controlada direta Vamos exclusiva e diretamente dedicada ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e (ii) combinar os negócios de sua controlada indireta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela S.A. (“Vamos Concessionárias”) e a controlada direta Automob, unificando o segmento de concessionárias de veículos leves e pesados, com a subsequente listagem da companhia resultante no Novo Mercado. Em 22 de novembro de 2024, essa operação foi aprovada pelos acionistas da Vamos, da Vamos Concessionárias e da Automob em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Em 27 de novembro de 2024, foi deferido o pedido de companhia aberta na CVM e a solicitação de listagem no Novo Mercado B3 da Vamos Concessionárias, e em 30 de novembro de 2024, foi firmado termo de fechamento da operação pelas administrações das companhias envolvidas, efetivando a cisão parcial da Vamos, separando a operação de concessionárias. Foi então efetuada a distribuição das ações da Vamos Concessionárias aos acionistas da Vamos Locação no dia 16 de dezembro de 2024, que passaram a ser negociadas na B3 pelo ticker “AMOB3”. A transação incluiu a aquisição por R\$ 1.000.000 pela Vamos Concessionárias da Simpar de 51,29% de participação da Automob, com a conclusão da operação. Em 31 de dezembro de 2024, foi consumada a incorporação da Automob pela Vamos Concessionárias, que teve seu nome alterado para Automob Participações, concluindo assim a transação aprovada pelos acionistas. Como consequência da incorporação, foram emitidas 649.641.275 novas ações ordinárias de emissão da Automob Participações (AMOB3) em benefício dos acionistas da AUTOMOB S.A. e, assim, o total de ações ordinárias emitidas pela AUTOMOB PARTICIPAÇÕES (AMOB3) passou a ser de 1.894.302.852 ações ordinárias. A incorporação gerou, pela troca das participações, uma perda no montante de R\$ 60.752, registrada no patrimônio líquido. A Simpar passou a deter 60,11% de participação na Vamos Concessionárias, e os demais acionistas da Vamos Locação 25,40% e os outros acionistas da Automob os 14,49% remanescentes. A operação gerou uma baixa de créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 255.932, reconhecido nas demonstrações de resultados do exercício consolidadas. De acordo com a interpretação técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, nas operações com controladas, o lucro não realizado foi totalmente eliminado nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor de R\$ 445.168 decorrente desta transação foi reconhecido no passivo como ganho diferido nas demonstrações financeiras consolidadas. **1.1.8 Aquisição de participação de sócios não controladores - Automob:** Em 12 de dezembro de 2024, a Simpar adquiriu 7,63% de participação da Automob S.A. (“Automob”), correspondente a 144.624.426 ações, aumentando a participação societária nesta controlada. A aquisição foi realizada pelo montante de R\$ 226.168, a ser pago em quatro parcelas anuais equivalentes a 25% cada, corrigidas pelo CDI. A diferença entre o valor pago e o saldo contábil da parcela adquirida do investimento resultou em um ágio de R\$ 143.583, que conforme Interpretação técnica ICPC 09(R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, foi registrado no Patrimônio Líquido como aquisição de participação de acionistas minoritários. **1.1.9 Aquisição da empresa Welfare Ambiental S.A. (“Welfare Ambiental”):** Em 9 de julho de 2024, a Simpar adquiriu 100% de participação da Welfare Ambiental S.A. (“Welfare Ambiental”), com sede na cidade de Cuiabá no estado de Mato Grosso, com objetivo de ter posse dos terrenos para possível futura utilização em suas operações. A Welfare Ambiental é uma empresa não operacional que possui terreno na região de Cuiabá. A aquisição foi realizada pelo montante de R\$ 24.950. A aquisição não se enquadra aos requisitos de combinação de negócios conforme o CPC 15/IFRS@ 3 - Combinações de Negócios e o valor da transação foi alocado como mais-valia dos terrenos. **1.2 Combinações de negócios ocorridos em 2024. Controlada Automob S.A. (i) Aquisição do Grupo Alta S.A.** Em 29 de setembro de 2023, a Automob, através de suas controladas, assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas de emissão da Alta Comercial de Veículos Ltda. e ASA Motors Comercial de Veículos Ltda., em conjunto nomeadas como (“Grupo Alta”), com seis lojas (três da Volkswagen e três da GWM) e uma revenda de seminovos, todas localizadas na cidade de São Paulo. Em 9 de janeiro de 2024, a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição. O preço da aquisição está demonstrado a seguir:

Parcela paga na data do fechamento	59.250
Parcela retida (i)	12.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	58.250
Total	129.500
(a) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Automob será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência, que tenha fato ocorrido até a data do fechamento, se materialize, sendo o saldo retido garantia dessa obrigação, no qual o mesmo deverá ser acrescido de 100% do CDI. a.a. (b) Do saldo remanescente, parcela de R\$ 29.125 tem vencimento na data do primeiro aniversário da transação e a outra parcela de R\$ 29.125 tem vencimento na data do segundo aniversário da transação, parcelas corrigidas por 100% do CDI. Em conformidade com o CPC 15/IFRS 3 - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:	
Ativo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	12.826
Contas a Receber	20.159
Estoques	98.934
Ativo de Indenização	12.000
Imobilizado	31.111
Intangível	82.743
Outros Ativos	6.164
Total dos ativos adquiridos	263.937
Passivo	
Fornecedores e floor plan	57.068
Obrigações Sociais e Trabalhistas	628
Arrendamento por direito de uso	24.626
Provisão para Contingências	12.610
Outros Passivos	58.995
Total dos passivos assumidos	153.927
Total dos ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	110.010
Valor justo da Contraprestação paga	129.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	19.490

O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos, inclui: R\$ 1.950 de mais-valia de estoques, R\$ 1.224 de mais-valia de imobilizado, R\$ 24.770 de marcas, R\$ 57.459 de acordo de distribuição e R\$ 608 em contratos de não-competição. Esta operação resultou em ágio pela expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) no montante de R\$ 19.940. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos estão descritas na nota explicativa 2.3 a): **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios foi concretizada em janeiro de 2024 e por isso, contribuiu para o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024 do Grupo com R\$ 672.144 de receita líquida e com R\$ 12.811 de lucro líquido, a partir de janeiro de 2024, mês em que a Companhia assumiu o controle. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foi de R\$ 74 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, que foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **(ii) Aquisição da Rede Best Points:** Em 29 de outubro de 2023 a Automob S.A., através de suas controladas, celebrou contrato visando a aquisição de 100% da R Point Comercial de Automóveis Ltda., Sonnervig Automóveis Ltda., H Point Comercial Ltda. e HBR Participações Ltda., em conjunto nomeadas como (“Best Points”), com oito lojas, sendo três da marca Honda, quatro Renault e uma loja Ford, todas localizadas na cidade de São Paulo. Em fevereiro de 2024, a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição. O preço da aquisição está demonstrado a seguir:

Parcela paga na data do fechamento	47.750
Parcela retida (i)	25.000
Saldo a pagar (ii)	47.250
Total	120.000
(a) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Automob será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência, que tenha fato ocorrido até a data do fechamento, se materialize, sendo a parcela retida, garantia dessa obrigação, corrigido por 100% do CDI. (b) Do saldo remanescente, parcela de R\$ 23.625 será pago na data do primeiro aniversário da transação e a outra parcela de R\$ 23.625 na data do segundo aniversário da transação, parcelas corrigidas por 100% do CDI. Em conformidade com o CPC 15/IFRS@ 3 - Combinação de negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:	
Ativo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	46.546
Contas a Receber	32.169
Estoques	87.107
Ativo de Indenização	25.000
Imobilizado	67.360
Intangível	15.552
Outros Ativos	26.863
Total dos ativos adquiridos	300.597

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor justo na data da aquisição
Passivo	
Fornecedores e <i>floor plan</i>	50.724
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.911
Arrendamento por direito de uso	44.402
Provisão para Contingências	33.741
Outros Passivos	39.824
Total dos passivos assumidos	176.602
Total dos ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	123.995
Valor justo da Contraprestação paga	120.000
Ganho por compra vantajosa	3.995

O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos inclui: R\$ 506 em estoques, R\$ 8.898 de mais-valia de imobilizado, R\$ 4.351 em marcas, R\$ 11.198 em contratos de distribuição. Esta operação gerou ganho por compra vantajosa de montante de R\$ 3.995, registrado em outras receitas operacionais no consolidado. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos estão descritas na explicativa 2.3 a). **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Best Points tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 seria de R\$ 614.694 com R\$ 2.768 de lucro (informações não auditadas). **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foi de R\$ 44 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Fluxos de caixa resultantes das aquisições:** Abaixo estão demonstrados os valores pagos à vista nas combinações de negócios, líquidos dos caixas das empresas adquiridas nas combinações de negócios:

de negócios:

			Consolidado
<u>Empresa adquirida</u>	<u>Valor total do preço pago à vista</u>	<u>Saldo adquirido de caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>Aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado</u>
Grupo Alta	59.250	(12.826)	46.424
Best Points	47.750	(46.546)	1.204

Alocações definitivas de aquisições de 2023: (i) Unitem Participações S.A. ("IC Transportes") - Segmento JSL: Em 28 de abril de 2023, a controlada JSL S.A., concluiu a aquisição de 100% da Unitem Participações S.A., holding que detinha 100% das quotas da IC Transportes Ltda., da Artus Administradora Ltda. e da Fortix Veículos Ltda. (em conjunto denominadas "IC Transportes"), conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A alocação definitiva do preço de aquisição foi concluída em abril de 2024; em conformidade com o CPC 15/IFRS@ 3 - Combinações de Negócios. O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos está demonstrado a seguir:

Parcela paga na data do fechamento	58.417
Parcela retida (i)	100.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	166.252
Total	324.669
(i) O valor de R\$ 100.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências, que vierem a se materializar, registrado em "obrigações a pagar por aquisição de empresas", e somente será liberado no primeiro dia útil que se seguir ao 6º (sexto) aniversário da data de fechamento, subtraído do valor total das disputas de terceiros sob responsabilidade dos vendedores.	
(ii) O referido valor foi registrado em "obrigações a pagar por aquisições de empresas", a ser pago em 4 (quatro) parcelas anuais, consecutivas, acrescida cada parcela de 90% do CDI calculado entre a data do fechamento e a data do respectivo pagamento.	
Ativo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	7.558
Contas a Receber	174.462
Ativo de Indenização	332.259
Imobilizado	689.902
Intangível	8.249
Outros Ativos	87.114
Total dos ativos adquiridos	1.299.544
Passivo	
Fornecedores e <i>floor plan</i>	39.210
Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.668
Arrendamento por direito de uso	40.870
Provisão para Contingências	353.929
Outros Passivos	293.705
Total dos passivos assumidos	758.382
Total dos ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	541.162
Valor justo da Contraprestação paga	324.669
Ganho por compra vantajosa	216.493

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos, líquido dos passivos assumidos inclui: (i) R\$ 209.755 de mais-valia do imobilizado; (ii) intangível compreendido por R\$ 4.694 de marca e R\$ 3.200 de acordo de não competição; (iii) R\$ 332.259 de ativo de indenização; (iv) R\$ 5.564 de ativo disponível para venda e (v) R\$ 100.655 de passivo contingente. A transação gerou ganho por compra vantajosa de R\$ 216.493. Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para certificar-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada ao momento de mercado do setor logístico que sofreu com forte pressão inflacionária nos insumos, que impactou fortemente as margens operacionais da IC Transportes e pela manutenção do patamar de taxa de juros e restrição de crédito no Brasil, que junto com os preços dos novos ativos, acrescida pressão na capacidade de investimentos da Empresa de renovar e expandir sua frota e com isso atender seus clientes. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos fiscais no montante de R\$ 73.908 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista que de acordo com a legislação tributária, o ganho por compra vantajosa não é objeto de tributação imediata, devendo ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social no período de apuração da alienação ou baixa do investimento adquirido. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos estão descritas na explicativa 2.4 a). **(ii) Alocações definitivas da Fazenda São Judas Logística Ltda. ("FSJ") - Segmento JSL:** Em 31 de agostos de 2024, a controlada JSL, através de sua subsidiária Pronto Express Logística S.A. ("Pronto"), concluiu a aquisição de 100% de participação na Fazenda São Judas Logística Ltda. ("FSJ"), empresa de transporte rodoviário de carga. A alocação definitiva do preço de aquisição foi concluída em agosto de 2024, em conformidade com o CPC 15/IFRS@ 3 - Combinação de negócios e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Parcela paga na data do fechamento	39.521
Parcela retida (i)	26.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	39.982
Total	105.503
(i) O montante de R\$ 26.000 ficou retido como garantia de eventuais contingências, que vierem a se materializar registrados em "obrigações a pagar por aquisição de empresas" e somente serão liberados no primeiro dia útil que se seguir ao 6º (sexto) aniversário da data de fechamento, subtraído do valor total das disputas de terceiros sob responsabilidade dos vendedores.	
(ii) O referido valor foi registrado em "obrigações a pagar por aquisições de empresas", a ser pago em 2 (duas) parcelas anuais, consecutivas, acrescida cada parcela de 100% do CDI calculado entre a data do fechamento e a data do respectivo pagamento.	
Ativo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	28.677
Contas a Receber	35.285
Ativo de Indenização	50.000
Imobilizado	110.721
Intangível	88.310
Outros Ativos	15.395
Total dos ativos adquiridos	328.388
Passivo	
Fornecedores e <i>floor plan</i>	21.980
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.157
Arrendamento por direito de uso	37.478
Outros Passivos	112.108
Total dos passivos assumidos	179.723
Total dos ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	148.665
Valor justo da Contraprestação paga	105.503
Ganho por compra vantajosa	43.162

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos, líquido dos passivos assumidos é de R\$ 148.665 e inclui: (i) R\$ 30.171 de mais-valia de ativo imobilizado; (ii) R\$ 50.000 de ativo de indenização; (iii) R\$ 85.641 de carteira de clientes; (iv) R\$ 2.669 de acordo de não competição; e (v) R\$ 2.340 de passivo contingente. A transação gerou ganho por compra vantajosa de R\$ 43.162. Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para certificar-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada principalmente a contratos já firmados com clientes estratégicos que se configuram como um intangível relevante pois representam uma fonte de receita estável e recorrente para a FSJ Logística. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos fiscais no montante de R\$ 14.675 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista que de acordo com a legislação tributária, o ganho por compra vantajosa não é objeto de tributação imediata, devendo ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social no período de apuração da realização do investimento adquirido, por alienação, baixa ou incorporação. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos estão descritas na explicativa 2.3 a). **(iii) Tietê Veículos Ltda. ("Tietê") - Segmento Automob:** Em 7 de junho de 2023, a Automob Participações, por meio da controlada Transrio, concluiu a aquisição de 100% das quotas da Tietê Veículos Ltda. ("Tietê").

Parcela paga na data do fechamento	161.289
Parcela retida (i)	13.521
Saldo a pagar em parcelas (ii)	131.301
Total	306.111
(i) O montante de R\$13.521 será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica ("Escrow"), para garantia de obrigação de indenização por parte dos vendedores e deverá ser corrigido por 100% do CDI. O saldo, líquido de perdas materializadas, deverá ser liberado aos vendedores em 4 de junho de 2029. (ii) O valor remanescente será pago em duas parcelas nos montantes de R\$73.924, em até um ano da data de fechamento da transação, e R\$57.377, em até dois anos, corrigidas por 100% do CDI. A alocação definitiva do preço de aquisição foi concluída em julho de 2024, em conformidade com o CPC 15/IFRS@ 3 - Combinação de negócios e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:	
Ativo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	31.272
Contas a receber	10.481
Estoques	64.196
Ativo de indenização	8.557
Imobilizado	21.734
Intangível	212.835
Outros ativos	32.068
Total dos ativos adquiridos	381.143
Passivo	
Fornecedores	44.455
Arrendamentos por direito de uso	10.854
Obrigações sociais e trabalhistas	3.848
Provisão para contingências	8.557
Outros passivos	9.933
Total dos passivos assumidos	77.647
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	303.496
Valor justo da contraprestação paga	306.111
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	2.615

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos é de R\$ 303.496, e os ajustes em relação aos respectivos saldos contábeis de livro incluem: R\$ 53 de mais-valia de estoque, R\$ 8.557 de ativo de indenização, R\$ 2.655 de mais-valia de imobilizado, R\$ 212.789 em contratos de distribuição e R\$ 7.416 de passivos contingentes. Esta operação gerou ágio pela expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill"*) no montante de R\$ 2.615. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos estão descritas na explicativa 2.3 a). **1.3 Relação de participação em entidades controladas e coligadas:** Participação direta nas controladas:

	País sede	31/12/2024	31/12/2023
Simpar S.A.	Brasil	59,00%	57,35%
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
Green Holding Ltda.	Brasil	99,90%	99,90%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.:

	País sede	31/12/2024	31/12/2023
Ribeira Incorporações Imobiliárias Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Rio Paratei Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%
Total Braz Cubas SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	50,00%	50,00%
Ribeira Vendas e Intermediações Imobiliárias Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 6 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
Horizontes I SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Ribeira Incorporações Imobiliárias Ltda.:

	País sede	31/12/2024	31/12/2023
Guerino Lubiani SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
Horizontes II SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
Vision Colinas SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 1 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 2 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 3 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 4 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 5 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 7 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 8 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 9 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 10 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 11 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 12 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 13 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 14 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Simpar S.A.:

	País sede	Segmento	31/12/2024	31/12/2023
JSL S.A. ("JSL")	Brasil	JSL	42,72	38,88
Quick Logística Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda. ("Agrolog Transportadoras")	Brasil	JSL	42,72	38,88
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. (Medlogística) (i)	Brasil	JSL	–	38,88
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinal Serviços")	Brasil	JSL	42,72	38,88
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda. ("Yolanda")	Brasil	JSL	42,72	38,88
TransMoreno Transporte e Logística Ltda. ("Transmoreno")	Brasil	JSL	42,72	38,88
Fadel Transportes e Logística Ltda. ("Fadel Transportes")	Brasil	JSL	42,72	38,88
Fadel Logistics South Africa ("Fadel África do Sul")	África do Sul	JSL	42,72	38,88
Fadel Logistics Ghana ("Fadel Ghana")	Ghana	JSL	42,72	–
Mercosur Factory Sociedad Anónima (Fadel Paraguai)	Paraguai	JSL	42,72	38,88
Pronto Expresso Logística S.A.	Brasil	JSL	42,72	38,88
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil	JSL	42,72	38,88
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Transportes Marvel Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Truckpad Tecnologia e Log. S.A.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Truckpad Meio de Pagamentos Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Transportadora Rodomeu Ltda. Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
IC Transportes Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Uniton Participações S.A. (i)	Brasil	JSL	–	38,88
Fortix Veículos Ltda. (i)	Brasil	JSL	–	38,88
Artus Administradora Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Fazenda São Judas Logística Ltda.	Brasil	JSL	42,72	38,88
Hub Services Solutions	África do Sul	JSL	42,72	–

Movida Participações S.A. ("Movida Participações")
SAT Rastreamento Ltda.
Movida Locação de Veículos S.A. ("Movida Locação")
Movida Europe S.A. (Movida Europe)
Movida Finance
CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações") (i)
CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Brasil Frotas")
Marbor Locadora Ltda.
Marbor Frotas Corporativas Ltda. ("Marbor Frotas") (i)
Green Yalla Mobility Ltda. ("Green Yalla") (i)
Drive On Holidays C. A. V. ("DOH")
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos")
Vamos Seminovos S.A. ("Vamos Seminovos")
HM Comércio e Manutenção de Emplihadeira Ltda. ("HM")
BMB Mode Center S.A.
BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable
Truckvan Industria e Comércio Ltda.
Flal Participações e Empreendimentos Ltda.
Braga Company Investimento e Participações Ltda.
Rafe Investimentos e Participações Ltda.
Tietê Veículos Ltda.
CS Infra S.A. ("CS Infra")
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
C.S. Ambiental S.A.
Ciclus Ambiental do Brasil S.A. ("Ciclus Ambiental")
Ciclus Amazônia S.A.
CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Brasil Holding")
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil Transportes")
CS Finance S.A.r. ("CS Finance")
BRT Sorocaba Concessionárias
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda. ("Mogipasses")
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda. ("Mogi Mob")
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.
Automob S.A. (anteriormente "Original Holding")
Vamos Máquinas S.A. (Vamos Máquinas)
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. (Vamos Agrícolas)
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (Transrio)
HM Locacao De Emplihadeiras Ltda.
Ppay Adm Bens propr Ltda.
DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda.
HM Com Man Emplihadeira Comércio e Manutenção de Emplihadeiras Ltda. (HM)
Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. (i)
Automob S.A.
Original Nara Comércio Ltda.
Nova Quality Veículos Ltda.
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. ("Original Distribuidora")
Original Veículos S.A. ("Original Veículos") *
Ponto Veículos S.A. ("Ponto Veículos") *
Original Americas Comércio de Veículos S.A. ("Original Americas")
Original Germania Comércio de Veículos S.A. ("Original Germania")
Original Ibero Comércio de Veículos S.A. ("Original Ibero")
Original Pequim Comércio de Veículos S.A. ("Original Pequim")
Original Seoul Comércio de Veículos S.A. ("Original Seoul")
Original New Suécia Comércio de Veículos S.A. ("Original New Suécia")
Original New Provence Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original New Provence")
Original Nagano Comércio de Veículos S.A. ("Original Nagano")
Original Comércio de Motos S.A. ("Original Motos")
Original New Berlím Com. de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original New Berlím")
Original Ranger Comércio de Veículos S.A. ("Original Ranger")
Original Turim Comércio de Veículos Peças e Serviços S.A. ("Original Turim") *
Original Indiana Comércio de Veículos Peças e Serviços S.A. ("Original Indiana") *
Original Berlím Comércio de Veículos S.A. ("Original Berlím") *
Original Xangai Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Xangai") *
Original Grand Tour Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Grand Tour") *
Original Suécia Comércio de Veículos S.A. ("Original Suécia") *
Original Nice Comércio de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original Nice") *
Original Pacific Comércio de Veículos S.A. ("Original Pacific") *
Original Estação Asia Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Estação Ásia") *
Original Provence Comércio de Veículos S.A. ("Original Provence") *
American Star Comercio de Veículos S.A.
Autostar Comercial e Importadora S.A.
British Star Comércio de Motocicletas S.A.
Moto Star Comércio de Motocicletas S.A.
SBR Comércio e Serviços de Blindagens S.A.
Bikestar Comércio de Motocicletas S.A.
Autostar London Comercial e Importadora S.A.
Autostar Sweden Comercial e Importadora S.A.
United Auto Nagoya Comercio de Veiculos Ltda.
Sul Import Veículos e Serviços Ltda.
CVK Auto Comércio de Veículos Ltda.
Euro Import Motos Comércio de Motocicletas Ltda.
United Auto Aricanduva Comercio de Veículos Ltda.
Euro Import Comércio e Serviços Ltda.
UAB Motors Participações Ltda.
United Auto São Paulo Comércio de Veiculos Ltda.
AR- Veículos e Participações Ltda.
UAQ Publicidade e Propaganda Ltda.
United Auto Participações Ltda.
Acanthicus Empreendimentos Imobiliários Ltda.
AR Centro-Oeste Comércio de Veículos Ltda.
AR Sudeste Comércio de Veículos Ltda.
Uabmotors Corretora de Seguros Ltda.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Pais sede	Segmento	31/12/2024	31/12/2023
Sceptrum Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
United Auto Interlagos Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Ophiucus Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
UAN Motors Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Auto Green Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Green Ville Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Hamsi Empreendimentos S/S Ltda. (i)	Brasil	Automob	—	45,54
Serv. Cinq. Serviços Ltda. (i)	Brasil	Automob	—	45,54
Original New Pacific Motors Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original New England Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Munique Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Milwaukee Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Tokyo Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Hamburgo Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Yoko Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Xian Comércio de Veículos Ltda. ("Original Xian")	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original New Xangai Com. de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original New Xangai")	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Nacional Comércio de Veiculos Seminovos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Original Comércio de Veiculos Seminovos S.A.	Brasil	Automob	42,33	45,54
Alta Com. de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
Asa Motors Comercial de Veiculos Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
Malupa Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
Sonnervig Automóveis Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
H Point Comercial Limitada	Brasil	Automob	42,33	—
R Point Comercial de Automóveis Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
HPF Intermediações de Negócios Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
HBR Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
GW Points Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
Super Points Agenciamento e Intermediação de Negócios Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
J. Dip - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Automob	42,33	—
BBC Holding Financeira Ltda. ("BBC Holding ")	Brasil	BBC	59,00	57,35
BBC Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	BBC	59,00	57,35
Banco Brasileiro Crédito S.A. ("BBC Bancos")	Brasil	BBC	59,00	57,34
BBC Pagamentos Ltda. ("BBC Pagamentos")	Brasil	BBC	59,00	57,34
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda. ("Madre Corretora")	Brasil	e demais Holding	59,00	57,35
Original Locadora de Veiculo Ltda.	Brasil	e demais Holding	59,00	57,35
Avante Seminovos Ltda.	Brasil	e demais Holding	59,00	57,35
Welfare Ambiental	Brasil	e demais Holding	59,00	—
Simpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Simpar Empreendimentos")	Brasil	e demais Holding	59,00	57,35
Simpar Europe.(nova denominação da JSL Europe)	Luxemburgo	e demais Holding	59,00	57,35
Simpar Finance S.A.r. ("Simpar Finance", nova denominação da JSL Finance)	Luxemburgo	e demais Holding	59,00	57,35
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Simpar ("FIDC Simpar")	Brasil	e demais Holding	59,00	57,35

(i) Empresas incorporadas no exercício de 2024.

1.3.1 Reestruturações Societárias do Grupo ocorridas durante os exercícios de 2024: Segmentos Vamos e Automob: Em 31 de dezembro de 2024, foi consumada a transação envolvendo a Simpar, Vamos e Automob, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.7. **Segmento Movida:** Em 2 de dezembro de 2024, a controlada Movida concluiu sua reorganização societária incorporando a parcela cindida da controlada Movida Locação de Veículos S.A., sem impacto direto para seus acionistas, com objetivo de simplificação operacional e redução de custos incidentes sobre suas operações. **1.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes, dada sua natureza, é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. Por isso, o Grupo contempla em sua rotina de gestão avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. O Grupo possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. Pelo quinto ano consecutivo, a Simpar recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. A certificação indica grau máximo de transparência no relato das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De maneira anual, a Simpar elabora, divulga e tem auditado por terceiros o seu inventário, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O reporte é continuamente aprimorado e tem por objetivo monitorar e gerenciar as emissões, visando a adoção de medidas de mitigação eficazes. A Simpar possui meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Conforme mencionado na nota explicativa 17 - Empréstimos e financiamentos, essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A intensidade leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo. A Simpar também se destacou em outro importante índice de gestão e estratégia climática, o *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), no qual obteve nota B, posicionando-as entre as mais bem colocadas nos setores de transporte e logística no mundo. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • A Ciclus, possui plano de mitigação de GEE, incluindo os flares, que trabalham coletando biogás, evitando a emissão de milhares de toneladas de metano na atmosfera. Ainda, na Ciclus, parte do biogás é utilizado para geração de energia, impactando, assim, os escopos 1 e 2; Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. **1.5 Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão dessas demonstrações foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2025. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme divulgado nas notas explicativas, quando aplicável. **2.2 Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real - R\$, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas: Fadel Paraguai, Fadel África do Sul, BMB México e Drive on Holidays cujas moedas funcionais são, respectivamente, Guarani, Rand sul-africano e o Peso mexicano, Euro e Dólar, conforme mencionado no item (c) abaixo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (o Real - R\$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros, como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente da moeda funcional, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** As demonstrações financeiras das controladas indiretas Fadel Paraguai, Fadel África do Sul, BMB México e Drive on Holidays, foram convertidas para o Real - R\$, moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio; Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2024
Peso mexicano	Média	0,2969
Peso mexicano	Fechamento	0,2921
Euro	Média	5,7669
Euro	Fechamento	6,4363
Guarani	Média	0,0007129
Guarani	Fechamento	0,0007945
Rand Sul-africano	Média	0,2949
Rand Sul-africano	Fechamento	0,3283
Cedi Ganes	Média	0,3658
Cedi Ganes	Fechamento	0,4227

2.3 Base de consolidação e combinação de negócios: **a) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes, na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. Método Relief-From-Royalty, método Multi-period Excess Earnings e Método Custo novo de reposição: o método <i>Relief-From-Royalty</i> considera os pagamentos descontados de <i>royalties</i> estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método <i>Multi-period Excess Earnings</i> : o método <i>Multi-period Excess Earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. Método Custo novo de reposição: este método derivada da abordagem de custo que considera o custo estimado para se construir, a preços correntes na data de avaliação, uma cópia exata, ou réplica do ativo sob avaliação, usando os mesmos materiais, normas de construção, design, layout e qualidade de mão de obra, e incorporando todas as deficiências do ativo-sujeito, super adequações e obsolescência. Adotada a metodologia para analisar as projeções da empresa com relação ao volume de serviços contratados/prestados pelo software que servirá de base para o cálculo por meio de <i>royalties</i> . Os acordos de distribuição são direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos (concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos). São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (" <i>impairment</i> "). Sendo utilizado o método multi-period excess earnings, considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Intangíveis	Método Relief from Royalties que captura as economias de royalties associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la. O método with or without é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Software	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, considera os preços de mercado para itens semelhantes.
Acordos de distribuição (Intangível)	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e uma margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Marca	A parte vendedora pode assumir uma obrigação contratual de indenização com a parte compradora, a adquirente deve reconhecer um ativo de indenização juntamente com o ativo ou passivo objeto da indenização, sendo ambos mensurados nas mesmas bases. Considerando as aquisições efetuadas no Grupo, todos os valores reconhecidos para os ativos de indenização estão atrelados aos passivos contingentes que são mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia.
Acordos de não competição	O valor justo das contingências e dos riscos não materializados identificados, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, foram mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, considera os preços de mercado para itens semelhantes.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e uma margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Ativo de indenização	A parte vendedora pode assumir uma obrigação contratual de indenização com a parte compradora, a adquirente deve reconhecer um ativo de indenização juntamente com o ativo ou passivo objeto da indenização, sendo ambos mensurados nas mesmas bases. Considerando as aquisições efetuadas no Grupo, todos os valores reconhecidos para os ativos de indenização estão atrelados aos passivos contingentes que são mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia.
Passivo contingente	O valor justo das contingências e dos riscos não materializados identificados, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, foram mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.

Nos casos em que o Grupo adquire uma controlada com participação menor que 100%, mas possui opção de compra, e, concomitantemente, a contraparte possui opção de venda, simétricas com a participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores à data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a adquirente incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos são dedutíveis. Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **b) Combinação de negócios sob controle comum:** Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte, antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia apresenta a combinação de negócios sob controle comum, aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida, no momento do reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **c) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **d) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **e) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

f) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as empresas consolidadas ("Intragrupo"), e quaisquer receitas ou despesas, assim como lucro e perdas não realizadas, derivadas de transações Intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **2.5 Instrumentos financeiros: 2.5.1 Ativos financeiros:** **a) Reconhecimento e mensuração:** Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **b) Classificação e mensuração subsequente: (i) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, exceto quando forem instrumentos de *hedge* contabilizados como *hedge* de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(ii) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos financeiros; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos financeiros do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(iii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> , quando necessário. A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. As variações do valor justo são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(v) Desreconhecimento: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.5.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado. São subsequentemente mensurados utilizando o método de taxa de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.5.3 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Adicionalmente o Grupo optou pela contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. (i) **Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. (ii) **Hedge de valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, assim como essas variações também são contabilizadas no item protegido em contrapartida o resultado do exercício. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de valor justo for descontinuada, o valor deve ser amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter início assim que houver o ajuste e deve começar o mais tardar quando o item protegido deixar de ser ajustado para ganhos e perdas de *hedge*. A amortização deve ser baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começar essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido e que seja mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, deve ser aplicada a amortização da mesma forma, mas ao valor que representa o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido, em vez de ajustar o valor contábil. (iii) **Monitoramento de efetividade:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge* é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo contrata instrumentos derivativos de *hedge* com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de *hedge*, gerando assim os índices de *hedge* na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de *hedge*. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de *hedge* respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente; • Caso observado inefetividade, é feita a mensuração da mesma e contabilizada no resultado do exercício. **2.5.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, em montante igual à perda esperada. É utilizada uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.(a) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é provisionado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, é adotada a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. No entanto, os ativos financeiros provisionados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.6 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado acessível mais vantajoso tem acesso. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito. Uma série de políticas contábeis e divulgações requerem a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros - veja nota explicativa 3. Quando disponível o valor justo de um instrumento é mensurado utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento, isto é, quando as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, são utilizadas técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Ativos e passivos são mensurados ao valor justo com base em preços de compras e preço de vendas, respectivamente se estiverem disponíveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se for determinado que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.7 Estoques:** Os estoques mantidos pelo Grupo se referem substancialmente a veículos novos, veículos usados, peças e acessórios para venda, através de suas lojas, concessionárias, revendas de seminovos, além de insumos utilizados na fabricação e entrega de rebocos customizados, e peças para manutenção de suas frotas e ativos. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos transportá-los às suas localizações, deduzido de provisões para desvalorizações, giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizado para venda:** O Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição da rubrica imobilizado para “Ativo de frota disponibilizado para venda”, avaliados e mensurados conforme o CPC 27, item 68º e o CPC 16 - Estoques. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado:** **2.9.1 Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **2.9.2 Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.9.3 Depreciação:** A depreciação é calculada utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago, a data esperada de desmobilização e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas na nota explicativa 12. **2.9.4 Céulas utilizadas no aterro sanitário - Segmento Ciclus Ambiental:** As células, unidades do sistema de depósito e drenagem do aterro sanitário, são depreciadas por critério baseado em unidade depositada, em que cada tonelada de resíduos depositados reduz o potencial de depósitos futuros do aterro na exata proporção do material depositado. Consequentemente, também reduz (“consome”) proporcionalmente os benefícios econômicos futuros do aterro. Entretanto, consideramos que posteriormente ao depósito, os resíduos continuam a gerar benefícios futuros na forma de geração de gás durante os anos seguintes, por isso uma parcela da despesa de depreciação deve ser alocada aos períodos posteriores ao depósito. A base de depreciação é formada pelo custo projetado até o fim da vida útil do aterro sanitário, descontado do valor residual, equivalente ao fluxo de caixa futuro (até 2064) proveniente da receita de biogás, energia elétrica, deduzidos os custos de manutenção e tratamento de chorume, após o encerramento do aterro. Esses custos incluem, além da capacidade total do aterro, custo de construção a incorrer e receitas supracitadas, os gastos de manutenção do terreno após o fechamento do aterro. (i) As edificações são próprias e foram construídas dentro de próprio terreno no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR-Rio). (ii) As benfeitorias realizadas na implantação das Estações de Tratamento de Resíduos (ETR) são depreciadas conforme o contrato de concessão com a Comlurb. **2.9.5 Revisão:** O Grupo adota como política, revisar, no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização, e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.10 Intangível: 2.10.1 Ágio:** O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre a contraprestação paga e/ou a pagar em uma combinação de negócios e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos respectivos assumidos, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.10.2 Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas na nota explicativa 13. **2.10.3 Fundo de comércio:** O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme descrito na nota explicativa 13.2. **2.10.4 Acordo de não competição e relacionamento e direitos contratuais com clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo de aquisição e/ou formação, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 13. **2.10.5 Marcas e patentes:** As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme descrito na nota explicativa 13.2. **2.10.6 Acordos de distribuição:** Os acordos de distribuição são direitos de comercializar os veículos das diversas marcas das montadoras. Esses contratos possuem prazo indeterminado, que podem ser destratados pelas partes em determinadas circunstâncias. Esses ativos foram reconhecidos em decorrência da alocação dos valores justos de ativos e passivos de combinação de negócios, e foram definidas vidas úteis para cada contrato baseado na estimativa de preço de valor futuro respectivo. O prazo médio da vida útil desses ativos é de 26 anos. **2.10.7 Contratos de concessão:** Contratos de concessão foram adquiridos em processo licitatório que cedem direito de exploração de áreas portuárias e exploração de rodovias. **2.10.8 Amortização e testes de perda de valor recuperável (“impairment”):** Os ativos sem prazo de vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação, para verificar se há redução do seu valor recuperável (“*impairment*”), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (“UGC”), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em projeções estimadas. As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 14.2. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **2.11.1 Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. É reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o

ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo e suas controladas, alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. São apresentados ativos de direito de uso em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar por direito de uso” e “arrendamentos a pagar a instituições financeiras” no balanço patrimonial. **2.11.2 Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** Não são reconhecidos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. Os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.11.3 Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Como arrendador, é determinado no início da locação se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, é efetuada avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à contraparte. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, são considerados certos indicadores, incluindo se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo SIMPAR, como arrendatário, contabiliza como despesa, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo tiver componentes de arrendamento e não arrendamento, é aplicado o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. São aplicados os requisitos de desreconhecimento e redução do valor recuperável, conforme CPC 48. Também são revisados regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. Os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Cessão de direitos creditórios:** O grupo realiza a cessão de direitos creditórios de recebíveis originados de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes, para terceiros antecipando dessa forma o fluxo de caixa futuro respectivo, descontando o valor presente pelo custo acordado da transação. Os valores recebidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva da transação durante o período em que a dívida esteja em aberto. **2.13 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”):** As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os impostos correntes e diferidos. São reconhecidas na demonstração do resultado, e são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas respectivas apurações situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O IRPJ e a CSLL são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, mas não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. Também são reconhecidos sobre saldos de prejuízos fiscais, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, no BBC Banco, o IRPJ é calculado à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15.019. **Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro:** O Grupo aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.14 Provisões: 2.14.1 Geral:** Provisões são reconhecidas existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.14.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** O Grupo é parte em certas demandas, judiciais ou não, que podem originar desembolsos. Provisões são constituídas para todas as contingências quando é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-las e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14.3 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, reconhecida a receita quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

Natureza da receita, incluindo condições de pagamentos significativos	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Receita de serviços dedicados e cargas gerais - Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações <i>Inbound</i>), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações <i>Outbound</i>) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "ponto A" para "ponto B", por meio de veículos carga completa (<i>Full Truck Load</i>), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente.	Ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços, é executada com a obrigação de desempenho cumprida.
Receita de locação e prestação de serviços - Locação de frota de veículos pesados para transporte de cargas leves e pesadas, incluindo manutenção preventiva e corretiva, locação de máquinas e equipamentos agrícolas, locação de veículos leves (<i>Rent a car</i>) e gestão e terceirização de frotas de veículos leves (GTF), além de serviços de assistência técnica para veículos novos e seminovos vendidos.	Ao longo do tempo, no caso das receitas de serviços de assistência técnica, o reconhecimento, da receita se dá quando o serviço é executado, o valor pode ser mensurado com confiabilidade e seu recebimento é certo.
Receita de transporte de passageiros - Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (tratamento) e público municipal de passageiros. O serviço de transporte privado ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturada de acordo com o contrato com cada cliente. O serviço de transporte público ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro.	Ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços é executada e a obrigação de desempenho contratada é cumprida. A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.
Receita de vendas de ativos desmobilizados - Após o término do contrato de locação com seus clientes ou para renovação de frota, o Grupo desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e sua rede concessionárias. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.	No momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
Receita de vendas de veículos e peças - Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.	No momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Nesses casos, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.
Receita de bonificações - O Grupo recebe bonificações de montadoras ao cumprir condições preestabelecidas, a fim de incrementar as vendas.	Quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.
Receita de arrendamento de veículos e equipamentos - Receitas de juros da venda de veículos e equipamentos na modalidade <i>leasing</i> .	Reconhecida como receita financeira ao longo do prazo do arrendamento, apropriada de acordo com a taxa de retorno respectiva.
Receita de tratamento de resíduos - A Companhia realiza a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais de grandes geradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras prefeituras.	Reconhecida no momento da prestação de serviço e cumprimento da obrigação de desempenho, em conformidade com os respectivos contratos.
Receita de comercialização de biogás - A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos é produzido o biogás.	Realizado no momento da transferência do biogás para o cliente.
2.15 Benefícios a empregados: 2.15.1 Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 2.15.2 Transações com pagamentos baseados em ações: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirirem incondicionalmente os direitos. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de outorgas para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de outorgas que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (<i>vesting date</i>). 2.16 Capital social: 2.16.1 Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. 2.16.2 Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital, assim como em eventual cancelamento das ações a redução é reconhecida em contrapartida à reserva de capital. 2.16.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.	

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Administração durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. **3.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Consolidação e combinação de negócios - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; (b) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional das empresas do Grupo. **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Combinações de negócios: Mensuração do valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; (c) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); (d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; (e) Perdas esperadas de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; (f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; (g) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção); (h) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos; (i) Provisão para encerramento do aterro sanitário - Remediação ambiental: reconhecimento e mensuração de provisão para encerramento do aterro sanitário de remediação ambiental; (j) Arrendamento: taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; (k) Ativos intangíveis de vida útil definida - definição da vida útil.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"): **• IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS® 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS® 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS® 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **• IFRS® 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS® 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS®. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS® 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS® 19 entrará

em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS® 19. **• Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **• Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que refleta as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Controladora e no Consolidado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros do Grupo estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

						Controladora					
						31/12/2024					
Ativos, conforme balanço patrimonial	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	–	56.157	56.157	–	–	102.529	–	–	102.529	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	173.889	–	173.889	312.997	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos a receber	–	7.286	7.286	–	–	23.290	–	–	23.290	–	–
Partes relacionadas	–	16.966	16.966	–	–	57.459	–	–	57.459	–	–
Outros créditos	–	–	–	–	–	65	–	–	65	–	–
	173.889	80.409	254.298	312.997	–	183.343	–	–	496.340	–	–
						Controladora					
						31/12/2023					
Passivos, conforme balanço patrimonial	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Fornecedores	–	303	303	–	–	419	–	–	419	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	177.859	177.859	–	–	295.186	–	–	295.186	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	196.524	–	196.524	347.151	–	–	–	–	347.151	–	–
Partes relacionadas	–	50.988	50.988	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	66.385	66.385	–	–	57.084	–	–	57.084	–	–
	196.524	295.536	492.060	347.151	–	352.689	–	–	699.840	–	–

						Consolidado					
						31/12/2024					
Ativos, conforme balanço patrimonial	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	1.505.743	–	–	514.816	2.020.561	1.182.349	–	–	478.096	1.660.445	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	11.084.566	–	169.961	11.254.527	9.510.840	9.510.840	–	268.221	–	9.779.061	–
Instrumentos financeiros derivativos	304.616	2.524.184	311.514	3.140.374	312.997	867.137	867.137	35.106	–	1.215.240	–
Contas a receber	–	–	–	6.752.910	6.752.910	–	–	–	5.626.369	5.626.369	–
Partes relacionadas	–	–	–	130.479	130.479	–	–	–	91.481	91.481	–
Dividendos a receber	–	–	–	163	163	–	–	–	23.290	23.290	–
Depósitos judiciais	–	–	–	153.370	153.370	–	–	–	118.518	118.518	–
	12.894.925	2.524.184	481.535	7.551.738	23.452.384	11.006.186	867.137	303.327	6.337.754	18.514.404	–

						Consolidado					
						31/12/2024					
Passivos, conforme balanço patrimonial	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado
Fornecedores	–	–	7.220.479	7.220.479	–	–	6.398.503	6.398.503	–	–	–
Risco sacado a pagar	–	–	32.860	32.860	–	–	115.582	115.582	–	–	–
Floor plan	–	–	747.045	747.045	–	–	377.000	377.000	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	55.510.065	55.510.065	–	–	43.686.235	43.686.235	–	–	–
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	–	–	223.879	223.879	–	–	272.090	272.090	–	–	–
Arrendamentos por direito de uso	–	–	2.122.172	2.122.172	–	–	1.864.619	1.864.619	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	196.524	3.997.197	–	4.193.721	862.455	1.371.863	–	2.234.318	–	–	–
Cessão de direitos creditórios	–	–	1.916.562	1.916.562	–	–	2.321.647	2.321.647	–	–	–
Partes relacionadas	–	–	91	91	–	–	1.039	1.039	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	–	242.209	242.209	–	–	180.741	180.741	–	–	–
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	–	–	1.529.731	1.529.731	51.093	–	1.188.864	1.239.957	–	–	–
Compra de ações controladas a termo	–	–	1.166.686	1.166.686	–	–	1.058.486	1.058.486	–	–	–
	196.524	3.997.197	70.711.779	74.905.500	913.548	1.371.863	57.464.806	59.750.217	–	–	–

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo está demonstrada a seguir:

						Consolidado					
						31/12/2024					
Ativos	Valor contábil	31/12/2023	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023	Valor contábil	31/12/2023	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	56.157	102.529	56.157	102.529	56.157	102.529	56.157	102.529	56.157	102.529	56.157
Instrumentos derivativos	173.889	312.997	173.889	312.997	173.889	312.997	173.889	312.997	173.889	312.997	173.889
Partes relacionadas	16.966	57.459	16.966	57.459	16.966	57.459	16.966	57.459	16.966	57.459	16.966
Dividendos a receber	7.286	23.290	7.286	23.290	7.286	23.290	7.286	23.290	7.286	23.290	7.286
Outros créditos	–	65	–	65	–	65	–	65	–	65	–
Total	254.298	496.340	254.298	496.340	254.298	496.340	254.298	496.340	254.298	496.340	254.298
						Consolidado					
Passivos	Valor contábil	31/12/2023	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023	Valor contábil	31/12/2023	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fornecedores	303	419	303	419	303	419	303	419	303	419	303
Empréstimos e financiamentos	177.859	295.186	177.859	295.186	177.859	295.186	177.859	295.186	177.859	295.186	177.859
Instrumentos derivativos	196.524	347.151	196.524	347.151	196.524	347.151	196.524	347.151	196.524	347.151	196.524
Partes relacionadas	50.988	–	50.988	–	50.988	–	50.988	–	50.988	–	–
Dividendos e juros sobre capital a pagar	66.385	57.084	66.385	57.084	66.385	57.084	66.385	57.084	66.385	57.084	66.385
Total	492.060	699.840	492.060	699.840	492.060	699.840	492.060	699.840	492.060	699.840	492.060

|--|--|--|--|--|

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, amparado pelo seu Comitê Financeiro, de acordo com as diretrizes aprovadas pela Conselho de Administração. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
	Grau de Investimento		Grau de Investimento
Br A+, A, A-	Médio Elevado	G A+, A, A-	Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
	Grau de Não Investimento		Grau de Não Investimento
Br BB+, BB, BB-	Especulativo	G BB+, BB, BB-	Investimento Especulativo
	Grau de Não Investimento		Grau de Não Investimento
Br B+, B, B-	Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Altamente Especulativo
	Grau de Não Investimento		Grau de Não Investimento
Br CCC+CCCeCCC-	Extremamente Especulativo	G CCC+CCCeCCC-	Extremamente Especulativo
	Grau de Não Investimento		Grau de Não Investimento
Br D	Especulativo de Moratória	G D	Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e valores depositados em conta corrente	1	2.017	401.284	170.462
Br AAA	56.156	100.512	1.550.989	1.379.703
Br AA+	—	—	57.577	50
Br AA	—	—	10.711	110.230
Total de aplicações financeiras	56.156	100.512	1.619.277	1.489.983
Total de caixa e equivalentes de caixa	56.157	102.529	2.020.561	1.660.445

Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nocional	Moeda	Instrumento na curva	Valor justo a receber (pagar)
Contrato de swap/NFF (Controladora)	Risco de câmbio	Swap de taxa de câmbio	Swap USD X CDI	USD 50.000	USD	(196.524)	(22.635)
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD + Pré X CDI	USD 463.500	USD	200.586	200.586
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Valor Justo	Swap CDI Pré X CDI	R\$ 1.245.000	BRL	(120)	(120)
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Valor Justo	Swap IPCA X CDI	R\$ 255.000	BRL	51.070	51.070
Contrato de swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap IPCA + Pré X CDI	R\$ 4.727.689	BRL	676.189	676.189
Contrato de swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	R\$ 1.507.176	BRL	(36.642)	(36.642)
Contrato de swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap CDI + Pré X CDI	R\$ 1.031.499	BRL	199.766	199.766
Contrato de swap	Risco de juros	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap Pré X CDI	R\$ 523.025	BRL	17.673	17.673
Opção de compra de IDI	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Opção de compra de IDI	EUR 98.707	EUR	—	—
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap EUR X CDI	€ 42.000	EUR	13.843	13.843
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X CDI	USD 1.982.000	USD	1.095.781	1.095.781
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X CDI	R\$ 1.050.000	BRL	(42.794)	(42.794)
Contrato de swap	Risco de câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap IPCA x CDI				
				Total Consolidado		1.978.828	(340.087)
						Saldo no Ativo circulante	1.207.495
						Saldo no Ativo não circulante	2.244.453
						Saldo no Passivo circulante	-1.756.903
						Saldo no Passivo não circulante	-2.035.132
							-340.087

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

	Controladora			
	Em 31 de dezembro de 2024			
Swap	Fluxo de caixa esperado			
	Valor Contábil	Total	1 - 6 meses	7 - 12 meses
Ponta ativa	173.889	173.889	173.889	—
Ponta passiva	(196.524)	(196.524)	(196.524)	—
	(22.635)	(22.635)	(22.635)	—
	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2024			
Swap	Fluxo de caixa esperado			
	Valor Contábil	Total	1 - 6 meses	7 - 12 meses
Ponta ativa	21.313.200	33.483.246	2.870.856	1.405.141
Ponta passiva	(21.653.287)	(33.689.714)	(3.115.599)	(2.096.472)
	(340.087)	(206.468)	(244.743)	(691.331)

c) **Risco de liquidez**: O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora			
	31/12/2024			
Ativos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Caixa e equivalentes de caixa	56.157	56.157	56.157	—
Instrumentos financeiros derivativos	173.889	173.889	173.889	—
Partes relacionadas	16.966	16.966	528	—
Dividendos a receber	7.286	7.286	7.286	—
Total	254.298	254.298	237.860	—

	Controladora			
	31/12/2024			
Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Fornecedores	303	303	303	—
Empréstimos e financiamentos	177.859	182.025	182.025	—
Instrumentos financeiros derivativos	166.524	166.524	166.524	—
Partes relacionadas	50.988	50.988	—	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	66.385	66.385	66.385	—
Total	492.060	466.225	415.237	—

	Controladora			
	31/12/2024			
Ativos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Caixa e equivalentes de caixa	2.020.561	2.020.561	2.020.561	—
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	11.254.526	11.254.526	11.067.285	187.241
Instrumentos financeiros derivativos	3.451.949	3.451.949	1.318.781	1.300.682
Contas a receber	6.752.910	6.810.183	6.282.633	527.550
Partes relacionadas	130.479	130.479	180	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	163	7.449	7.449	—
Depósitos judiciais	153.370	153.370	153.214	156
Total	23.763.958	23.828.517	20.850.103	2.015.629

	Controladora			
	31/12/2024			
Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Fornecedores	7.220.479	8.257.880	8.257.880	—
Risco sacado a pagar	32.860	32.860	32.860	—
Floor plan	747.045	747.045	747.045	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55.510.065	88.935.800	14.464.932	16.045.915
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	223.879	248.711	140.639	71.685
Arrendamentos por direito de uso	2.122.172	2.805.584	529.399	396.772
Cessão de direitos creditórios	1.916.546	2.007.323	1.229.925	323.041
Instrumentos financeiros derivativos	3.792.034	3.800.613	3.118.485	413.765
Partes relacionadas	91	91	91	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	242.209	279.406	279.406	—
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	1.529.731	1.889.888	335.093	542.752
Compra de ações de controladas a termo	1.166.686	1.166.686	85.563	1.081.123
Total	74.503.797	110.171.887	29.221.318	18.875.053

5.4 Análise de sensibilidade: A Administração do Grupo efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento da administração, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: • CDI em 15,41% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • TLP de 6,66% a.a. (fonte: B3); • IPCA de 6,44% a.a. (fonte: B3); • SELIC de 15,41% a.a. (fonte: B3); • SOFR de 4,96% a.a. (fonte: Federal Reserve New York Bank); • taxa do Euro ("Euro") de R\$ 7,14 (fonte: B3); • taxa do Dólar norte-americano ("Dólar") de R\$ 6,72 (fonte: B3); e • IGP-M de 7,5% a.a. (fonte: B3). Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas do Grupo, permanecendo os demais indicadores de mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	Consolidado			
	Saldo	Cenário I - provável	Cenário II - deteriorização de 25%	Cenário III - deteriorização de 50%
Saldo	(22.635)	(3.488)	(4.360)	(5.232)
Descrição	Controladora			
	Saldo	Cenário I - provável	Cenário II - deteriorização de 25%	Cenário III - deteriorização de 50%
Saldo	(16.604.714)	(2.614.387)	(3.274.098)	(3.933.808)
Saldo sujeito à exposição em variação da Selic	9.582.939	288.092	360.115	432.138
Saldo sujeito em exposição em variação do IPCA	(27.347.671)	(1.332.136)	(1.665.172)	(1.998.205)
Saldo com exposição em variação Pré Fixado	(10.995.407)	(901.783)	(901.783)	(901.783)
Saldo com exposição em variação do CDI	(45.364.853)	(4.560.214)	(5.480.938)	(6.401.658)

Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Br AAA	—	—	11.193.068	8.680.600
Br AA	—	—	58.261	1.040.200
Br BB	—	—	1.739	—
G AAA	—	—	1.457	—
G BB	—	—	—	58.261
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	—	—	11.254.525	9.779.061

ii. **Contas a receber**: O Grupo utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de provisão, define taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. Foi registrado uma provisão para perda que representa a estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. **b) Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, afetando adversamente o resultado ou o fluxo de caixa. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. i. **Risco de variação de taxa de juros**: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. O Grupo está exposto substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar a instituições financeiras e cessão de direitos creditórios e parcelamento de aquisição de empresas a pagar. Como política, o Grupo procura concentrar esse risco à variação do DI, e utiliza derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração, e o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* de valor justo nos instrumentos respectivos. As transações e saldos respectivos estão relacionados no item (iii) a seguir. ii. **Risco de variação de taxa de câmbio**: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado e sua moeda funcional. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais, principalmente em Reais. Mas, também há contratos em dólares norte-americanos ("USD") e euro ("EUR"), que foram protegidos contra a variação de taxa de câmbio por instrumentos de *swap*, que troca a indexação cambial e taxa Prefixada por percentual da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, limitando a exposição a eventuais perdas por variações cambiais. Os contratos dessa natureza foram designados para contabilidade de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo, foram contabilizadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. iii. **Instrumentos derivativos de proteção**: Todas as exposições cambiais e de taxas de juros de protegidas por operações com derivativos no Grupo estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Ganhos (perda) No exercício findo em 31/12/2024 reconhecidos:		ORA	
Saldo em 31/12/2024	Valor justo a receber (pagar)		Resultado	
	Instrumento na curva			
	(196.524)		30.990	
	200.586		(805.784)	
	(120)		(67.989)	
	51.070		(1.732)	
	676.189		92.051	
	(36.642)		(127.259)	
	199.766		(25.398)	
	17.673		(47.178)	
	—		—	
	13.843		13.138	
	1.095.781		887.095	
	(42.794)		(234.396)	
Total Consolidado	1.978.828	(340.087)	1.214.284	(528.416)
Saldo no Ativo circulante	1.207.495			
Saldo no Ativo não circulante	2.244.453			
Saldo no Passivo circulante	-1.756.903			
Saldo no Passivo não circulante	-2.035.132			
	-340.087			

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1	1	10.502	10.351
Bancos	—	2.016	390.782	160.111
Total de disponibilidades	1	2.017	401.284	170.462
CDB - Certificado de depósitos bancários	56.156	100.512	691.445	583.142
Operações compromissadas, lastreadas em operações financeiras	—	—	831.810	537.003
Cota de outros fundos	—	—	67.321	363.876
Outras	—	—	28.701	5.962
Total de aplicações financeiras	56.156	100.512	1.619.277	1.489.983
Total	56.157	102.529	2.020.561	1.660.445

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 12,12% a.a. (Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio foi de 13,30% a.a.).

7. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
	Consolidado	
Operações	31/12/2024	31/12/2023
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4.819.674	3.357.587
LTN - Letras do Tesouro Nacional	4.797.730	3.656.942
Títulos soberanos (em USD) (i)	169.961	268.221
CLN - <i>Credit linked note</i>	—	1.385.238
Letras financeiras (ii)	665.555	485.243
Aplicações em CDB - Termo de ações (ii)	444.270	407.455
Cotas de fundos	170.096	48.389
Outros	187.240	169.986
Total	11.254.526	9.779.061
Ativo circulante	11.067.285	9.600.835

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

			Consolidado
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.199.096	63.145	1.262.241
Bens retornados de contratos de arrendamento	26.404	—	26.404
Bens baixados como custo de ativos vendidos	(7.135.180)	(51.564)	(7.186.744)
Bens baixados como despesa	(178)	—	(178)
Provisão para perda do valor recuperável (<i>impairment</i>)	(33.510)	—	(33.510)
Bens transferidos do imobilizado	7.404.679	102.722	7.507.401
Em 31 de dezembro de 2024	1.461.311	114.303	1.575.614

11. INVESTITENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações anuais das investidas, conforme demonstrado abaixo: **11.1 Movimentação dos investimentos:** As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

		Integralização e redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital	Recompra e perda na incorporação de ações	Ágio na aquisição de ações de não controladores	Mudança participação controladas	Outros resultados abrangentes	Outras	31/12/2024	Participação %	Controladora Patrimônio líquido em 31/12/2024
Simpar	2.272.102	-	(116.912)	-	(71.573)	(84.714)	75.211	(161.843)	75.614	1.987.885	59,00%	2.751.515
Valor Justo - Simpar	(364.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	(364.500)	-	-
Ribeira	227.134	-	71.302	(21.500)	-	-	-	-	(4.610)	272.326	99,99%	272.326
JSL	43.266	-	5.178	(2.396)	-	-	-	-	-	46.048	2,60%	1.770.362
Vamos	50.765	(14.383)	11.977	(20.504)	(1.106)	-	-	-	-	26.749	1,09%	2.442.373
Automob Participações	-	17.328	-	-	-	-	-	-	-	17.328	0,72%	2.302.582
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	2	4	-	-
Total de investimento	2.228.769	2.945	(28.455)	(44.400)	(72.679)	(84.714)	75.211	(161.843)	71.006	1.985.840	-	-

		Integralização de capital compra ações	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital	Ganho (perda) na participação controladas	Recompra de ações	Remuneração com base em ações	Outros resultados abrangentes	Outras	31/12/2023	Participação %	Controladora Patrimônio líquido em 31/12/2023
31/12/2022	2.017.200	—	(284.010)	—	210.960	(14.395)	—	342.471	(124)	2.272.102	57,35%	3.326.244
Simpar	2.017.200	—	—	—	210.960	(14.395)	—	342.471	(124)	2.272.102	57,35%	3.326.244
Valor Justo - Simpar	(364.500)	—	—	—	—	—	—	—	—	(364.500)	—	—
Ribeira	204.896	—	39.093	(14.900)	(1.956)	—	—	—	—	227.134	99,99%	222.523
JSJ	36.742	—	6.524	(2.360)	—	—	—	—	2.360	43.266	2,60%	1.663.442
Vamos	—	130.229	8.825	(3.779)	(84.510)	—	—	—	—	50.765	1,07%	4.735.294
Outros	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—
Total de investimento	1.894.339	130.229	(229.568)	(21.038)	124.494	(14.395)	—	342.471	2.237	2.228.769		

	31/12/2024	Participação %	31/12/2023	Consolidado Participação %
Investimentos				
BRT Sorocaba Concessionárias	41.522	49,75%	37.081	49,75%
Rio Paratei Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.148	50,00%	3.117	50,00%
Outros investimentos	953	–	1.144	–
	<u>45.623</u>		<u>41.342</u>	

11.2 Saldos patrimoniais e de resultado das controladas: Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

								31/12/2024
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos e despesas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Simpar	4.468.899	8.457.377	1.711.027	8.463.734	2.751.515	4.802	(202.958)	(198.156)
Ribeira	65.526	447.369	35.314	205.256	272.225	112.301	(40.998)	71.303
JSL S.A. (ações) (i)	3.235.726	6.506.403	2.307.181	5.664.585	1.770.362	5.057.548	(4.850.236)	207.312
Vamos S.A. (ii)	4.004.092	16.009.662	2.535.550	15.035.831	2.442.373	4.399.469	(3.674.540)	724.929
Automob Participações (iii)	6.557.772	3.182.154	5.557.903	1.879.439	2.302.582	372.230	(509.364)	(137.134)
								<u>31/12/2023</u>

[illegible][illegible]

Transferências/retorno bens disponibilizados para venda	(8.991.002)	(242.883)				(8.084)	-	-	-	(9.242.369)
Varição cambial de imobilizados de controladas no exterior	131.108	102	539	143	489	13.285	2.867	96	501	149.176
Baixa de ativos e outros	(626.522)	(36.697)	(53.124)	(16.103)	(7.035)	(5.415)	(14.070)	(35.369)	(304.551)	(1.161.898)
Em 31 de dezembro de 2024	41.593.388	5.796.484	1.175.973	196.818	254.467	442.821	465.759	593.486	331.091	3.003.403
Depreciação acumulada:										
Em 31 de dezembro de 2023	(2.857.329)	(1.011.381)	(359.841)	(98.292)	(100.308)	(98.830)	-	(203.851)	-	(1.078.631)
Despesa de depreciação do exercício	(2.412.402)	(462.873)	(109.749)	(23.998)	(19.363)	(13.912)	-	(21.611)	-	(486.804)
Depreciação decorrente de aquisição de empresas	(8.680)	(5.391)	(20.098)	(3.779)	(3.786)	(472)	-	-	-	(40.806)
Transferências	(148.243)	(207.537)	(6.841)	124	(2.138)	141	-	-	11.359	(898)
Transferências/retorno bens disponibilizados para venda	1.587.027	140.056	-	31	-	-	-	-	(31)	1.727.083
Baixa de ativos e outros	156.545	21.035	39.464	12.826	5.125	338	-	5.027	-	186.470
Varição cambial de imobilizados de controladas no exterior	(30.365)	(38)	(148)	(75)	(194)	(377)	-	-	(214)	(14)
Em 31 de dezembro de 2024	5.977.117	(1.078.631)	(168.654)	(5.977.117)	(1.078.631)	(168.654)	(5.977.117)	(1.078.631)	(168.654)	(5.977.117)

Em 31 de dezembro de 2024	(3.713.447)	(1.526.129)	(457.213)	(111.763)	(120.665)	(113.112)	-	(220.435)	-	(1.367.851)	(149.248)	(7.779.863)
Saldo líquido:												
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.473.970	3.955.756	531.899	69.330	113.417	209.401	402.715	344.243	355.119	1.317.225	244.286	40.017.361
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.879.941	4.270.355	718.760	85.055	133.802	329.709	465.759	373.051	331.091	1.635.552	224.432	46.447.507
Taxa média de depreciação (%) - no período:												
Veículos leves	9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	9%	9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	6%	20%	10%	4,0%	-	2%	-	6%	9%	-

[illegible]

Baixa de ativos e outros	(425.155)	(48.108)	(87.220)	(6.900)	(8.315)	9.232	(10.511)	–	(12.061)	(203.498)	(14.145)	(806.681)
Varição cambial de imobilizados de controladas no exterior	(29.896)	(22)	(274)	(59)	(53)	(232)	(45)	–	–	(251)	(19)	(30.851)
Em 31 de dezembro de 2023	35.331.299	4.967.137	891.740	167.622	213.725	308.231	402.715	548.094	355.119	2.395.856	412.940	45.994.478
Depreciação acumulada:												
Em 31 de dezembro de 2022	(2.286.247)	(789.769)	(320.757)	(78.221)	(84.387)	(81.506)	(1.177)	(178.002)	–	(748.444)	(147.096)	(4.715.606)
Depreciação decorrente de aquisição de empresas	(46.162)	(4.443)	(1.105)	(2.657)	(2.960)	(2.050)	–	–	–	(59.574)	(2.766)	(121.717)
Despesa de depreciação no período	(2.070.016)	(340.135)	(69.929)	(21.422)	(16.451)	(9.359)	–	(25.849)	–	(357.907)	(21.732)	(2.932.800)
Transferências	8.304	(7.381)	(314)	(402)	(207)	–	–	–	–	–	–	–
Transferências/retorno bens disponibilizados para venda	1.353.054	103.144	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.456.198
Baixa de ativos e outros	176.707	27.190	32.214	4.390	3.663	(5.970)	–	–	–	87.285	4.054	329.538

Variação cambial de imobilizados de controladas no exterior	7.031	13
Em 31 de dezembro de 2023	(2.857.329)	(1.011.381)

Saldo líquido:														
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28.486.506	2.871.064	380.524	68.580	98.886	132.946	296.567	316.310	261.017	1.118.786	294.864	34.326.050		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.473.970	3.955.756	531.899	69.330	113.417	209.401	401.538	344.243	355.119	1.317.225	245.463	40.017.361		
Taxa média de depreciação (%) - no exercício:														
Veículos leves	10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	3%	9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	10%	19%	10%	4%	-	2%	-	6%	6%	-	-	-
12.1 Arrendamentos de itens do ativo imobilizado: Parte dos ativos foram adquiridos por meio de arrendamentos, substancialmente representados por veículos, máquinas, equipamentos e outros. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.									Acordo de não					

	Consolidado
	31/12/2023 31/12/2022
	R\$ mil e centavos
	(R\$ mil e centavos)

[illegible]

	<u>Softwares</u>	<u>Agio</u>	<u>de clientes</u>	<u>comércio</u>	<u>cessão</u>	<u>tribuição</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo:								
2022	504.005	1.400.405	170.110	107.777	200.070	214.005	207.010	2.803.382

Em 31 de dezembro de 2023	504.825	1.133.405	476.110	107.757	689.676	811.365	267.048	3.990.186	Em 31 de dezembro de 2023	(207.807)	(10.322)	(137.660)	(28.757)	(25.460)	(36.500)	(25.410)	(471.916)
Adições	56.573	-	-	2.991	741.978	-	14.049	815.591	Saldo líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(15.391)	(1.052)	-	(960)	-	-	(7.932)	(25.335)	Saldos em 31 de dezembro de 2022	255.876	1.047.452	306.646	62.960	526.775	600.900	227.793	3.028.402
Transferência	16.762	-	(43.779)	-	59.692	-	(69.776)	(37.101)	Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.018	1.123.083	338.450	79.000	664.216	774.865	241.638	3.518.270
Adições por combinação de negócios	1.264	21.282	-	350	-	68.657	31.439	122.992	Taxa média de	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas, transferência e outras	(344)	-	-	-	-	-	(847)	(1.191)	amortização (%) - no exercício:	20%	-	20%	4%	5%	-	7%	-
Em 31 de dezembro de 2024	563.689	1.153.635	432.331	110.138	1.491.346	880.022	233.981	4.865.142	13.1	Agio decorrente da combinação de negócios:	Em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado do ágio, proveniente de aquisições de empresas feitas pelo Grupo é de R\$ 1.136.564 (R\$ 1.123.083 em 31 de dezembro de 2023) e se encontra apurado por segmento de negócio no quadro a seguir:						
Amortização acumulada:	-	-	-	-	-	-	-	-									
Em 31 de dezembro de 2023	(207.807)	-	(147.982)	(28.757)	(25.460)	(36.500)	(25.410)	(471.916)									
Baixas	15.230	-	-	786	-	-	(147)	15.869									

Transferência	930	–	36.574	–	(17.574)	–	17.171	37.101
Baixas, transferência e outras	292	–	–	–	–	–	–	292
Despesa total com o pessoal	(57.292)		(15.292)	(1.257)	(12.128)	(11.242)	(1.291)	(122.222)

Despesas de amortização no exercício	(57.685)	—	(45.297)	(1.057)	(16.182)	(41.610)	(1.031)	(162.862)	JSL	610.834	610.834
Adição por combinação de negócio	(1.073)	—	—	(350)	—	—	—	(1.423)	Automob	262.204	235.112
Em 31 de dezembro de 2024	(250.113)	—	(156.705)	(29.378)	(59.216)	(78.110)	(9.417)	(582.939)	Vamos	123.878	137.489
Saldo líquido:									Movida	100.900	100.900
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.018	1.133.405	328.128	79.000	664.216	774.865	241.638	3.518.270	CS Infra	—	35.166
Saldos em 31 de dezembro de 2024	313.576	1.153.635	275.626	80.760	1.432.130	801.912	224.564	4.282.203	Ciclus Ambiental	35.166	—
Taxa média de									BBC	3.582	3.582
amortização (%) - no período:	20%	—	20%	4%	5%		5%	—	Total	1.136.564	1.123.083

continua →

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e



Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Contratos de arrendamentos na modalidade arrendamentos a pagar a instituições financeiras para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo, que possuem encargos anuais pré-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamentos no início do exercício	272.090	233.260
Saldos adicionados de empresas adquiridas	—	32.064
Novos contratos	67.503	59.027
Amortização	(143.603)	(78.055)
Juros pagos	(6.852)	(4.951)
Juros apropriados	24.255	30.745
Variação cambial	10.486	—
Passivo de arrendamentos no encerramento do exercício	223.879	272.090
Circulante	131.765	124.609
Não circulante	92.114	147.481
Total	223.879	272.090
Taxa média a.a.	13,36%	15,25%
Estrutura taxa média a.a.	CDI + 1,65%	CDI+2,00%
Vencimento	abril/35	fevereiro/2028

19. ARRENDAMENTOS A PAGAR POR DIREITO DE USO

As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 12.

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Instalações	Outros	Total
Passivo de arrendamentos no início do exercício	1.752.044	112.575	1.864.619
Novos contratos	529.609	189.005	718.614
Baixas	(14.659)	(88.100)	(102.759)
Juros pagos	(161.112)	(13.871)	(174.983)
Amortização	(385.581)	(59.395)	(444.976)
Saldos adicionados de empresas adquiridas	69.028	—	69.028
Juros apropriados	175.902	17.503	193.405
Passivo de arrendamentos no encerramento do exercício	1.965.231	157.717	2.122.948
Circulante	369.195	77.576	446.771
Não circulante	1.596.036	80.141	1.676.177
Total	1.965.231	157.717	2.122.948

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, assim como concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 9 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("spread" de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, *vis-à-vis* os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33:

Prazos de contratos	Taxa % a.a.
1	9,32%
2	6,77%
3	9,57%
5	8,29%
10	6,41%
15	7,67%
20	6,43%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado	Valor Presente
Contraprestação dos arrendamentos	2.642.147	2.642.147	2.122.172
PIS/COFINS	227.447	227.447	207.120

A Administração na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizouse da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso o Grupo tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento de aproximadamente R\$ 121.839 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 238.986 em 31 de dezembro de 2022. 19.1 Cronograma de amortização:

Cronograma de amortização	2025	2026	2027	2028	Acima de 2029
Arrendamentos a pagar por direito de uso	446.771	361.902	284.835	231.453	2.122.947

20. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	2.321.647	2.017.017
Cessões efetuadas	2.198.321	1.478.762
Apropriação dos direitos performados	(2.923.160)	(1.637.341)
Juros apropriados	319.738	463.209
Saldo no encerramento do exercício	1.916.446	2.321.647
Circulante	1.367.847	1.129.946
Não circulante	548.699	1.191.701
Total	1.916.546	2.321.647

As Controladas Vamos e Movida, efetuaram cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O prazo médio desses contratos é de 48 meses com vencimentos até dezembro de 2027. As controladas cedentes são responsáveis pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso ou coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante.

21. COMPRA DE AÇÕES DE CONTROLADAS A TERMO "SINTÉTICO"

Em 22 de dezembro de 2023, a Simpar realizou a alienação de ações ordinárias de emissão da JSL S.A., Movida Participações S.A. e da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., e simultaneamente a aquisição dessas ações por meio de contratos de swap com a opção exercida de recompra para a entrega futura, equivalente a compra à termo pela CS Brasil Holding e Locação S.A., subsidiária integral da SIMPAR. Em dezembro de 2024, a Simpar repetiu a operação com ações ordinárias da Automob Participações S.A. no montante de R\$ 22.638, representando 3,51% de participação. Essas operações têm vencimento dezembro de 2026 e o saldo a pagar é de R\$ 1.166.686 em 31 de dezembro de 2024.

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

No curso normal dos negócios do Grupo, são originados certos riscos, demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, estando parte delas sendo discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais como garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais, quando existirem.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	87.611	63.239	(242.887)	(284.106)
Cíveis	32.630	24.549	(55.525)	(36.077)
Tributárias	33.129	30.730	(375.675)	(447.475)
	153.370	118.518	(674.087)	(767.658)

22.1 Depósitos judiciais: Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em contas correntes judiciais em conexão com ações judiciais trabalhistas e em substituição de pagamentos de tributos que estão sendo discutidos judicialmente. 22.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo classifica os riscos de perda em demandas tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais riscos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. Durante o processo de due diligence, nas combinações de negócios, são identificados riscos não materializados, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, e que são mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis. A Administração acredita que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas com demandas e com processos administrativos e judiciais, e suas movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(284.106)	(36.077)	(447.475)	(767.658)
Constituição	(54.534)	(29.698)	(9.325)	(93.557)
Reversão/utilização	57.593	19.808	20.099	97.500
Baixa por decadência/prescrição	40.027	(551)	83.760	123.236
Saldos adicionais de empresas adquiridas (i)	(1.286)	(192)	(1.413)	(2.891)
Aquisição de empresas	(581)	(8.815)	(21.321)	(30.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(242.887)	(55.525)	(375.675)	(674.087)

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(184.358)	(29.922)	(201.687)	(415.967)
Constituição	(64.453)	(32.754)	(13.891)	(111.098)
Reversão/utilização	55.643	38.448	4.767	98.858
Baixa por decadência/prescrição	47.676	(4.146)	72.441	115.971
Saldos adicionais de empresas adquiridas (i)	(138.614)	(7.703)	(309.105)	(455.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(284.106)	(36.077)	(447.475)	(767.658)

(i) Parte dos valores adicionados, são passíveis de reembolso pelos antigos vendedores, e por isto considerados no ativo de indenização. Vide nota explicativa 22.3.

Trabalhistas: A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de possíveis demandas e ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade co-obrigada. Cíveis: Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, físicos e materiais. Tributárias: Os processos de natureza tributária estão relacionados a riscos de questionamentos pelas autoridades fiscais e autos de infração em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execução fiscal/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA, taxas de publicidade e outros. Decisão do Superior Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada e matéria tributária: A Companhia não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 08 de fevereiro de 2023 em relação ao cancelamento de decisões definitivas (ações transitadas em julgado) a partir da mudança de entendimento da corte em questões tributárias. 22.3 Ativos de indenização: Durante o processo de alocação dos preços de compra das combinações de negócios, foram identificados riscos não materializados contingentes, para os quais atualmente, os antigos controladores se responsabilizam em reembolsar, o Grupo no caso de desembolso financeiro, caso sejam materializados. Esses ativos são garantidos por parcelas retidas dos preços das aquisições ou por ativos reais como imóveis ou fianças bancárias. A movimentação desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	299.342
Aquisição de empresas	420.959
Prescrição/realização	—(115.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	604.600
Aquisição de empresas	22.002
Prescrição/realização	—(106.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.956

22.4 Perdas possíveis não provisionadas no balanço: O Grupo possui certos riscos de demanda e processos em andamen-to de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e

seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	341.684	265.202
Cíveis	216.440	172.665
Tributárias	1.092.448	831.053
Total	1.650.572	1.268.920

Trabalhistas: As demandas trabalhistas são relacionadas a riscos e ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2. Cíveis: As demandas cíveis estão relacionadas a riscos e pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas do Grupo, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. Tributárias: As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos à compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos à apropriação de créditos de ICMS. Os valores envolvidos são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL	182.109	160.665
ICMS	412.490	305.103
INSS	12.163	10.432
PER/DCOMP	58.350	63.275
PIS/COFINS	183.956	163.675
Demais	243.380	127.903
Total	1.092.448	831.053

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023

Imposto diferido ativo

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	3.199.419	2.989.323
Provisão para demandas judiciais e administrativas	87.169	68.667
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	206.251	143.401
Provisão para ajuste a valor contábil de investimentos em controladas	161.541	19.901
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	30.360	16.290
Provisão para Perda do valor recuperável de ativos ("impairment")	135.610	30.864
Plano de pagamentos baseado em ações	519	(689)
Amortização e baixa de intangíveis de combinações de negócios	72.665	61.318
Diferenças temporárias de arrendamentos por direito de uso	16.830	5.005
Derivativos de <i>hedge</i> (swap) e variação cambial em regime tributário de caixa	632.470	339.027
Depreciação econômica vs. Fiscal	(6.014)	28.414
Provisão tributária	75.015	93.871
Outras provisões	279.953	293.179
Total do imposto diferido ativo	4.891.788	4.088.571

Imposto diferido passivo

IR e CS sobre ágio de ações aportadas pelos controladores	(74.068)	(63.496)
Constituição de ajuste a valor presente	(31.501)	(35.569)
Receita diferida de órgãos públicos	(69.595)	(58.389)
Depreciação econômica vs. Fiscal	(4.267.574)	(3.373.166)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(220.099)	(281.464)
Ganho de compra vantajosa em combinações de negócios	(14.675)	(14.518)
Mais-valia de aquisição de empresas	(55.150)	(55.150)
Reavaliação de ativos	(40.121)	(69.896)
Realização do ágio	(98.886)	(74.134)
Total do imposto diferido passivo	(4.871.669)	(4.025.782)

Total do imposto diferido, líquido	20.119	62.789
Tributos diferidos ativos	1.666.091	1.591.413
Tributos diferidos passivos	(1.645.972)	(1.528.624)
Total do imposto diferido, líquido	20.119	62.789

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.789	62.789
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente	—	(51.390)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	—	(192.038)
IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	—	21.097
IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	—	179.661
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.119	62.789

Saldos em 31 de dezembro de 2022

IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	—	64.901
IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	—	463.493
IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	—	(5.334)
IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa, em outros resultados abrangentes	—	(221.171)
IRPJ/CSLL diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	—	2.280
IRPJ/CSLL diferidos decorrentes de aquisição de negócios	—	(12.985)
IRPJ/CSLL diferidos sobre gastos dedutíveis de transação incorridos na oferta restrita de ações	—	(238.695)
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente	—	140.102
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.119	62.789

(i) Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes. Os prejuízos fiscais não prescrevem e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para as empresas que possuem expectativa de respectiva realização de créditos.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Simpar	199.940	175.041
JSL	500.188	406.234
Automob	204.612	40.636
Vamos	1.217.271	1.202.100
Movida	857.411	1.028.111
CS Infra	21.376	55.085
CS Brasil	159.873	82.116
Ciclus Ambiental	38.748	—
	3.199.419	2.989.323

Em 31 de dezembro de 2024, foram concluídos os estudos de recuperabilidade dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas e com premissas, consideraram as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização é prevista no cronograma abaixo:

	Consolidado					
	Até um ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos
Valores totais líquidos	128.702	350.496	653.790	525.828	1.105.780	434.823

23.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.017)	(269.609)	446.710	(1.022.125)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	23.126	91.667	(150.166)	347.523
(Adições) exclusões permanentes	—	—	—	—
Equivalência patrimonial	(9.673)	(78.052)	2.743	1.811
Incentivos fiscais - PAT	—	—	1.210	—
Efeitos dos juros sobre capital próprio - recebidos e pagos	(5.158)	(7.154)	56.912	35.512
Créditos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais	(2.969)	(7.971)	1.291	(12.330)
Atualização monetária sobre exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS	—	—	1.292	—
Benefício fiscal de subvenção para crédito outorgado de ICMS	—	—	758	182.789
Baixas de créditos de IR e CSLL diferidos por reestruturação societária	—	—	(255.932)	—
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	(5.326)	1.510	22.822	(182.090)
IRPJ e CSLL apurados	—	—	(319.069)	373.214
Corrente	—	—	(127.031)	(90.279)
Diferido	—	—	(192.038)	463.493
IRPJ e CSLL no resultado	—	—	(319.069)	373.214
Alíquotas efetivas	—	—	(72,24%)	(36,51%)

(i) Alguns segmentos do grupo apresentam negócios com alíquotas nomina

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.4 Aplicação das regras fiscais do modelo Pilar Dois da OCDE: O consolidado do Grupo encontra-se no escopo das regras do modelo do Pilar Dois da OCDE onde suas atividades apresentam receitas consolidadas superiores a EUR 750 milhões. No Brasil, por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para **empresas multinacionais**, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE e garantindo-se que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. Nos termos da referida legislação do Pilar Dois, a Companhia que exceder esse valor, será responsável pelo pagamento de um complemento de imposto pela diferença entre a taxa efetiva de imposto GloBE (Global Anti-Base Erosion Proposal) por jurisdição e a taxa mínima de 15%. Todas as entidades da Companhia têm uma taxa efetiva de imposto superior a 15%, exceto a controlada indireta Mercosur Factory Sociedad Anónima com cede no Paraguai que possui uma taxa efetiva de 13%, porém entendemos que não possuímos impacto pois o referido lucro de nossa subsidiária é tributado no Brasil (TBU - Tributação em Bases Universais), dessa forma a Companhia entende que não possui nenhuma exposição fiscal corrente a ela relacionada e entendemos que não haverá um aumento de sua carga tributária no Brasil, em decorrência da adoção da referia MP a partir de 2025. A legislação do Pilar Dois na jurisdição foi promulgada e entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia entende que não tem nenhuma exposição fiscal corrente a ela relacionada.

24. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminadas para fins de apresentação dos saldos consolidados, mas mantidos na Controladora nessas demonstrações financeiras consolidadas. As naturezas dessas transações são compostas por: • Dividendos a receber: saldos a receber de dividendos propostos e aprovados pelas controladas da Companhia. • Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem a contratos de mútu mantidos entre as empresas. • Dividendos a pagar: Saldos a pagar de dividendos propostos e aprovados pela Companhia.

24.1 Ativo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. (dividendos e juros sobre capital próprio)	2.550	23.290	—	—
JSL S.A.	2.036	—	—	—
Vamos S.A.	2.700	3.212	—	3.212
Simpar S.A.	528	528	—	—
Locon Empreendimentos	16.438	14.594	33.850	14.594
JS Taxi Aéreo Ltda.	—	11	—	11
Fernando A. Simões	—	6.993	53.046	6.993
FAS Participações	—	32.121	31.294	32.121
JSTX Participações	—	—	10.345	32.900
Mais Lar Engenharia	—	—	1.763	—
Outros (*)	—	—	344	1.122
	24.252	80.749	130.642	90.953
Circulante - dividendos a receber e partes relacionadas	7.814	26.502	343	2.864
Não circulante	16.438	54.247	130.299	88.089
Total	24.252	80.749	130.642	90.953

24.2 Passivo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fernando A. Simões (dividendos e juros sobre capital a pagar)	34.769	29.932	34.769	29.932
Julio Eduardo Simões (dividendos e juros sobre capital a pagar)	7.904	6.788	7.904	6.788
Marita Simões (dividendos e juros sobre capital a pagar)	7.904	6.788	7.904	6.788
Jussara Elaine Simões (dividendos e juros sobre capital a pagar)	7.904	6.788	7.904	6.788
Solange Maria Simões Reis (dividendos e juros sobre capital a pagar)	7.904	6.788	7.904	6.788
Dividendos e juros sobre capital a pagar a acionistas não controladores	—	—	175.824	123.657
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. (mútu)	50.989	—	—	—
Outros	—	—	91	511
Total Circulante - dividendos a pagar e partes relacionadas	117.374	57.084	242.300	181.252

24.3 Transações ou relacionamentos com controladas e empresas do Grupo, referentes a operações como avaliast/fiadora/devedora solidária: A SIMPAR é interveniente/devedora solidária em algumas operações captadas por empresas controladas e, em conjunto com a controlada JSL, é devedora solidária de debêntures com saldo de R\$ 111.145 em 31 de dezembro de 2024, e em algumas operações CRA. **24.4 Transações ou relacionamentos com empresas do grupo referentes a arrendamentos de imóveis:** Empresas do Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com Ribeira Imóveis Ltda., empresa sob controle comum. O valor dos aluguéis reconhecidos no resultado do exercício findo em

31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 43.230 (R\$ 26.246 em 31 de dezembro de 2023), sendo eliminados na apresentação do consolidado nesta demonstração financeira. Os contratos têm condições alinhadas com as práticas do mercado conforme estudos contratados entre as partes para confirmar condições de mercados dos respectivos locais, e têm vencimentos até 2037. **24.5 Remuneração de administradores:** A Administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa	4.285	5.745	70.632	56.063
Remuneração variável	—	—	44.475	37.781
Encargos e benefícios	—	—	961	736
Remuneração baseada em ações	—	—	9.889	16.694
Total	4.285	5.745	125.957	111.274

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações de empresas do Grupo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 25.5. A Administração não possui benefícios pós-emprego. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está dentro do limite aprovado pela ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada na controladora em maio de 2023 e nas controladas em abril de 2023. **24.6 Fundo de investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"):** Em dezembro de 2020, a controlada Simpar constituiu um FIDC na forma da Lei nº 6.365/76 sob a forma de condomínio fechado de natureza especial, nos termos dos ART 1368 - C do Código Civil Brasileiro, com prazo de duração indeterminado, regido pela resolução CMN 2.907/01 e instrução CVM nº 356, com a finalidade de fomentar as suas controladas com recursos financeiros para a aquisição de veículos. O regulamento deste fundo está arquivado no website da Simpar e na plataforma da CVM. Este fundo é aportado pela própria Simpar e investidores terceiros, e os recursos poderão ser alocados em direitos de crédito oriundos exclusivamente de contratos de compra e venda de veículos ou contratos de locação. Em 31 de dezembro de 2024, a Simpar possui investido R\$ 43.846 em cotas subordinadas (R\$ 65.814 em 31 de dezembro de 2023), que representa aproximadamente 29% da carteira do fundo, e é consolidado para fins das demonstrações financeiras.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social e reserva de capital: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado por pessoas físicas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 422.169, dividido em 286.379.070 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Conta ainda com saldo de reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 372.823. **25.2 Reserva de lucros retidos e dividendos:** Conforme Estatuto Social da Companhia os lucros terão as seguintes destinações: • 5% para formação da reserva legal, limitado a 20% do capital subscrito. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal é de R\$ 45.910. • Dividendo mínimo obrigatório de 3% sobre o lucro líquido, deduzido da reserva legal; • O lucro remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **25.3 Transações de capital:** Em 29 de novembro de 2021, em assembleia, os acionistas da Simpar, aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Infra S.A. ("CS Infra") pela Simpar e teve a transação efetivada em 31 de dezembro de 2021. Essa alienação foi no montante de R\$ 783.141, sendo registrado R\$ 672.548 na rubrica "variações patrimoniais reflexas de controladas" e R\$ 110.593 como "Transações de capital", ambas no Patrimônio Líquido da JSP Holding S.A. **25.4 Ajuste de avaliação patrimonial:** O Grupo registra em ajuste de avaliação patrimonial as variações de preço de mercado dos instrumentos financeiros, quando mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as variações de participação decorrente das recompras e transferências de ações em tesouraria e outras variações patrimoniais oriundas de reestruturações societárias. **25.5 Transações com pagamento baseado em ações (controlada Simpar):** A Simpar concedeu planos de pagamentos baseados em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se às operações do Grupo, de acordo com o ICPC 4/IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10/IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações. Esses planos de pagamento baseados em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração e funciona da seguinte forma: **Plano de ações restritas:** O plano de ações restritas consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores do Grupo de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os beneficiários. As ações a serem entregues pela Simpar poderão ser adquiridas pelas controladas pelo valor de mercado. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de Ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Exercício de aquisição	Data transferência
XI	2021	4.086	4	7,98	7,98	40,25%	9,82%	0,26%	5 anos	02/05/2021 a 01/05/2025	01/04/2025

A tabela a seguir apresenta a quantidade, a média ponderada do valor justo e o movimento dos direitos de ações restritas outorgados:

	Direitos de ações outorgadas		Direitos de ações em circulação		Preço médio do período (R\$)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Posição em 31 de dezembro de 2022	7.500.302	(1.061.317)	(4.759.873)	1.679.112	10,97
Transferências aos beneficiários	—	—	(1.148.776)	(1.148.776)	2,55
Outorgas canceladas	—	(516)	—	(516)	5,89
Posição em 31 de dezembro de 2023	7.500.302	(1.061.833)	(5.908.649)	529.820	6,47
Transferências aos beneficiários	—	(2.044)	—	(2.044)	5,89
Outorgas canceladas	—	—	(431.916)	(431.916)	7,98
Posição em 31 de dezembro de 2024	7.500.3023	(1.063.877)	(6.340.565)	7.492.897.558	6,78

25.6 Participação de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia em seu consolidado possuía o valor de R\$ 4.012.608 (31 de dezembro de 2023 R\$ 4.750.849) relacionado a participação de não controladores.

26. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo possui seguros contratados considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades em transporte de cargas e propriedades de terceiros. Para a frota de veículos, na sua maior parte, faz a autogestão de risco de sinistros, tendo em vista o custo *versus* benefício do prêmio. As coberturas de seguros são de responsabilidade sobre propriedade de terceiros e para garantias de obrigações públicas, conforme detalhamento a seguir:

26.1 Responsabilidade sobre propriedade de terceiros: Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados a seguir:

	Segmento	Vigência	Total
Serviços seguros			
Alagamento/Inundação	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	3.000.000
Alagamento/Inundação	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	3.000.000
Alagamento/Inundação	Vamos	31/12/2025	3.000.000
Alagamento/Inundação	CS Infra	04/01/2024 a 04/01/2025	222.000
			9.222.000
Carga, Descarga, Içamento e Descida dos Bens Segurados	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	300.000
Carga, Descarga, Içamento e Descida dos Bens Segurados	Vamos	31/12/2025	300.000
Carga, Descarga, Içamento e Descida dos Bens Segurados	CS Infra	28/12/2024 a 28/12/2025	197.631.000
			198.231.000
Danos elétricos	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	1.660.000
Danos elétricos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	350.000
Danos elétricos	Vamos	31/12/2025	350.000
			2.360.000
Danos Morais em Decorrência de Responsabilidade Civil Operações	JSL	23/10/2024 a 23/10/2025	55.641.667
Danos Morais em Decorrência de Responsabilidade Civil Operações	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	500.000
Danos Morais em Decorrência de Responsabilidade Civil Operações	Vamos	31/12/2025	500.000
Danos Morais em Decorrência de Responsabilidade Civil Operações	CS Infra	27/08/2024 a 27/08/2025	80.784.394
			137.426.061
Desmoroamento	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	110.000
			110.000
Despesas com Recomposição de Registros e Documentos	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	127.000
Despesas com Recomposição de Registros e Documentos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	8.000
Despesas com Recomposição de Registros e Documentos	Vamos	31/12/2025	8.000
			143.000
Despesas e/ou Perda de Aluguel	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	1.330.232
Despesas e/ou Perda de Aluguel	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	2.000.000
Despesas e/ou Perda de Aluguel	Vamos	31/12/2025	2.000.000
			5.330.232
Despesas Extraordinárias	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	200.000
Despesas Extraordinárias	Vamos	31/12/2025	200.000
Despesas Extraordinárias	CS Infra	28/12/2024 a 28/12/2025	15.459.000
			15.859.000
Deterioração de Mercadorias em ambientes frigoríficos	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	1.500.000
			1.500.000
Equipamentos Eletrônicos - Danos de causa Externa	JSL	15/04/2023 a 15/04/2025	1.748.340
			1.748.340
Equipamentos estacionários	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	500.000
Equipamentos estacionários	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	20.000
Equipamentos estacionários	Vamos	31/12/2025	20.000
Equipamentos estacionários	CS Infra	02/03/2024 a 01/03/2025	278.158.000
			278.698.000
Equipamentos móveis	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	870.000
Equipamentos móveis	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	3.550.000
Equipamentos móveis	Vamos	31/12/2025	150.000
			4.570.000
Honorários de Peritos - Dano Material	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	1.000.000
			1.000.000
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	900.101.355
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	53.028.826
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	Vamos	31/12/2025	52.829
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	CS Infra	25/11/2024 a 25/02/2025	49.424.820
			1.002.607.830
Lucros cessantes	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	1.966.667
Lucros cessantes	CS Infra	25/11/2024 a 25/02/2025	84.670.126
			86.636.793
Movimentação interna de mercadorias	JSL	30/06/2024 a 31/12/2025	2.550.791
Movimentação interna de mercadorias	CS Infra	28/12/2024 a 28/12/2025	98.815.000
			101.365.791
Quebra de Máquinas	JSL	10.000.000	10.000.000
			10.000.000

Serviços seguros	Segmento	Vigência	Total
Quebra de vidros	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	122.500
Quebra de vidros	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	200.000
Quebra de vidros	Vamos	31/12/2025	200.000
		—	522.500
Responsabilidade civil - empregador	JSL	13/03/2024 a 31/12/2025	78.491.667
Responsabilidade civil - empregador	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	500.000
Responsabilidade civil - empregador	Vamos	31/12/2025	500.000
		—	79.491.667
Responsabilidade civil de operações	JSL	16/09/2024 a 25/08/2026	578.587.242
	Ciclus		
Responsabilidade civil de operações	Ambiental	12/01/2024 a 01/03/2025	83.784.000
		—	662.371.242
Rompimento/Vazamento de Tanques ou Tubulações	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	3.000.000
Rompimento/Vazamento de Tanques ou Tubulações	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	100.000
Rompimento/Vazamento de Tanques ou Tubulações	Vamos	31/12/2025	100.000
		—	3.200.000
Roubo ou furto qualificado	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	8.554.292
Roubo ou furto qualificado	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	330.000
Roubo ou furto qualificado	Vamos	31/12/2025	300.000
		—	9.184.292
Tumultos, Greves, Lock-Out e Atos Dolosos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	1.000.000
Tumultos, Greves, Lock-Out e Atos Dolosos	Vamos	31/12/2025	1.000.000
		—	2.000.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	JSL	31/12/2024 a 31/12/2025	18.411.547
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	500.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	Vamos	31/12/2025	500.000
		—	19.411.547
Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção.	Movida	Mensal	31.874
		—	31.874
Danos em Imóvel, danos morais, roubo ou furto qualificado e cobertura aluguel	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	16.500.000
Danos em Imóvel, danos morais, roubo ou furto qualificado e cobertura aluguel	Movida	Anual	55.828.826
		—	72.328.826
Multirriscos	JSL	31/10/2024 a 31/10/2025	37.792.431
Multirriscos	Movida	Anual	19.967.930
	Ciclus		
Multirriscos	Ambiental	27/08/2024 a 13/11/2025	121.588.289
		—	179.348.650
Anúncios luminosos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	200.000
Anúncios luminosos	Vamos	31/12/2025	200.000
		—	400.000
Riscos diversos de veículos	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	6.000.000
		—	6.000.000
Fidelidade de empregados	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	100.000
Fidelidade de empregados	Vamos	31/12/2025	100.000
		—	200.000
Equipamentos para concessionárias	Automob	31/12/2024 a 31/12/2025	3.000.000
		—	3.000.000

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos seus principais tomadores de decisão, descritos na nota explicativa 1. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida. As informações por segmento no consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas a seguir:

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Automob	BBC	Ciclus Ambiental	Holding e demais	Eliminações ⁽ⁱ⁾	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	9.056.258	13.481.270	4.699.312	593.514	917.528	12.240.032	9.260	694.545	250.301	(721.658)	41.220.362
(-) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(7.503.287)	(9.465.402)	(1.693.944)	(503.390)	(843.578)	(10.570.072)	(6.029)	(471.984)	(141.758)	607.504	(30.592.940)
(=) Lucro bruto	1.552.971	4.015.868	3.005.368	90.124	73.950	1.668.960	3.231	222.561	108.543	(114.154)	10.627.422
Despesas comerciais	(47.357)	(619.817)	(107.557)	(5.664)	(1.167)	(747.021)	(555)	(1.818)	(10.592)	56.849	(1.484.699)
Despesas administrativas	(446.668)	(519.113)	(153.437)	(27.718)	(60.053)	(701.333)	(51.969)	(43.098)	(107.068)	38.414	(2.072.043)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(11.052)	(72.219)	(184.612)	2.225	—	(46.368)	(48.867)	—	—	—	(360.893)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	162.566	(184.644)	3.279	26.830	(73)	15.592	15.089	2.250	7.281	(7.472)	40.698
Resultado na equivalência patrimonial	—	(4)	—	62.605	5.329	(1)	—	—	(28.451)	(31.409)	8.069
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	1.210.460	2.620.071	2.563.041	148.402	17.986	189.829	(83.071)	179.895	(30.287)	(57.772)	6.758.554
Receitas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.670.662
Despesas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(7.987.551)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	441.665
Impostos e contribuições sobre o lucro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(319.069)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	122.5961
Ativos totais por segmento em 31/12/2024	12.480.184	30.573.857	20.277.021	2.315.329	1.718.397	8.909.803	2.208.889	1.371.832	13.172.585	(8.140.554)	84.887.343
Passivos totais por segmento em 31/12/2024	10.709.822	28.081.365	17.834.648	2.833.169	1.535.667	6.607.221	1.938.660	1.154.346	10.348.864	(1.953.617)	79.090.145
Depreciação e amortização em 31/12/2024	(609.032)	(2.048.865)	(750.613)	(35.765)	(16.330)	(208.508)	(2.866)	(53.323)	(18.967)	11.308	(3.732.961)
(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Automob	BBC	Holding e demais	Eliminações ⁽ⁱ⁾	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	7.574.645	10.342.015	6.085.482	681.550	757.615	6.970.812	14.041	230.373	(745.992)	31.910.541
(-) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(6.182.602)	(7.573.494)	(3.328.870)	(536.002)	(608.043)	(5.928.845)	(6.356)	(164.435)	578.695	(23.749.952)
(=) Lucro bruto	1.392.043	2.768.521	2.756.612	145.548	149.572	1.041.967	7.685	65.938	(167.297)	8.160.589
Despesas comerciais	(42.524)	(555.464)	(258.766)	(1.690)	(826)	(387.777)	(4.344)	(7.722)	35.480	(1.223.633)
Despesas administrativas	(413.273)	(657.835)	(339.801)	(34.587)	(80.433)	(403.091)	(45.731)	(120.499)	40.440	(2.054.810)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.564	(88.325)	(87.456)	(4.394)	49	(7.324)	(2.507)	—	—	(184.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	339.595	(205.330)	13.354	44.151	757	1.762	(11.679)	10.417	(7.696)	185.331
Resultado na equivalência patrimonial	—	—	—	5.263	—	64	—	—	—	5.327
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	1.281.405	1.261.567	2.083.943	154.291	69.119	245.601	(56.576)	(51.866)	(99.073)	4.888.411
Receitas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.239.060
Despesas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(7.149.596)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.022.125)
Impostos e contribuições sobre o lucro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	373.214
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(648.911)
Ativos totais por segmento em 31/12/2023	11.888.872	25.119.493	20.808.828	2.548.203	2.154.736	3.798.119	960.524	15.285.787	(11.380.754)	71.183.808
Passivos totais por segmento em 31/12/2023	10.225.423	22.597.358	16.073.534	2.376.153	1.866.997	2.754.010	771.192	9.679.744	(1.963.365)	64.381.046
Depreciação e amortização em 31/12/2023	(446.586)	(1.833.347)	(584.191)	(32.457)	(60.115)	(136.085)	(1.826)	(30.923)	15.314	(3.110.216)

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA, LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	45.292.988	35.588.297
Menos:		
Impostos sobre vendas	—	(3.341.577)
Devoluções e cancelamentos	—	(595.782)
Repasse de pedágios	—	(46.174)
Descontos concedidos	—	(89.093)
Receita líquida total	41.220.362	31.910.541

28.1 Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e a respectiva época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de serviços prestados	2.932.261	2.236.800	—	—	303.949	383.562
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	416.212	185.223	—	—	—	—
Receita de transporte de cargas gerais	5.399.228	4.490.975	—	—	—	—
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	—	382.681	6.639.040	5.111.157	3.653.964	2.686.599
Receita de venda de veículos novos	—	—	—	—	—	1.700.600
Receita de venda de veículos usados	—	—	—	—	17.454	79.009
Receita de venda de peças e acessórios	—	—	—	—	412.151	—
Receita de contratos de concessões e parcerias público-privadas	—	—	—	—	—	—
Outras receitas	14.684	3.295	—	—	—	—
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	8.762.385	7.298.974	6.639.040	5.111.157	3.975.367	5.261.921
Receita de venda de ativos desmobilizados	293.873	275.670	6.842.230	5.230.858	723.945	823.561
Receita líquida total	9.056.258	7.574.644	13.481.270	10.342.015	4.699.312	6.085.482
Tempo de reconhecimento de receita	—	—	—	—	—	—
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	293.873	275.670	6.842.230	5.230.858	723.945	3.015.321
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	8.762.385	7.298.974	6.639.040	5.111.157	3.975.367	3.070.161
Receita líquida total	9.056.258	7.574.644	13.481.270	10.342.015	4.699.312	6.085.482

	Automob	BBC	Holding e demais	Ciclus Ambiental	Eliminações	Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de serviços prestados	—	9.260	—	—	(132.373)	4.020.895
Receita de transporte de passageiros	—	14.042	—	—	—	842.638
Receita de transporte de cargas gerais	—	—	—	—	—	(10)
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	—	—	—	—	—	5.397.412
Receita de venda de veículos novos	7.533.776	—	—	—	(154.872)	10.138.132
Receita de venda de veículos usados	2.245.596	1.440.106	—	—	(27.779)	(5.113)
Receita de venda de peças e acessórios	1.336.948	597.515	—	—	(43.982)	(75)
Receita de contratos de concessões e parceiras público-privadas	—	—	—	—	(4.256)	(2.545)
Outras receitas	1.056.091	481.144	—	—	—	718.155
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	12.172.411	6.903.883	9.260	14.042	228.882	106.559
Receita de venda de ativos desmobilizados	67.622	66.930	—	—	—	57.344
Receita líquida total	12.240.033	6.970.813	9.260	14.042	250.302	230.372
Tempo de reconhecimento de receita	—	—	—	—	—	—
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	11.183.943	6.489.669	9.260	14.042	49.611	123.813
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.056.090	481.144	—	—	200.691	106.559
Receita líquida total	12.240.033	6.970.813	9.260	14.042	250.302	230.372

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de venda de peças e veículos novos e usados	—	(10.491.177)
Custo de construção (i)	—	(718.154)
Custo de venda de ativos desmobilizados (ii)	—	(7.285.820)
Custo/despesas com frota (iii)	—	(838.605)
Peças, pneus e manutenções	(10.184)	(9.049)
Pessoal e encargos	—	(4.856.443)
Viagens e estadas	—	(60.490)
Comissões	—	(462.911)
Serviços contratados de terceiros	(6.005)	(4.736)
Depreciação, amortização e provisão para perda de valor recuperável ("impairment") (iv) e (v)	(316)	(399)
Perda de valor recuperável ("impairment") estoques (v)	—	—
Perda de valor recuperável ("impairment") de veículos, máquinas e equipamentos avariados e sinistrados (v)	—	—
Combustíveis e lubrificantes, fretes e carretos	—	—
Comunicação, propaganda e publicidade	(83)	(133)
Serviços de frete	—	—
Manutenções de instalações e infraestrutura	—	—
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	—	—
Provisão e indenizações judiciais para demandas administrativas	—	—
Energia elétrica, água e internet	—	—
Aluguéis de imóveis, condomínios e IPTU	(176)	(70)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(47)	(26)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (vi)	—	—
Crédito de impostos extemporâneos	—	—
Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios (vii)	(645)	(2.077)
Outros custos, despesas e receitas, líquidas	(17.456)	(16.490)
Custo das vendas, locações, prestações de serviços e venda de ativos desmobilizados	—	—
Despesas comerciais	(448)	(1.805)
Despesas administrativas	(17.072)	(14.740)
Provisão perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais	64	55
	(17.456)	(16.490)

(i) Custo de construção e benfeitorias realizadas em atendimento dos contratos de concessão dos Portos em Aratu e operações da Rodovia Transcarrados, reversíveis ao poder público ao final dos contratos. (ii) O custo na venda de ativos desmobilizados se refere aos veículos que foram utilizados na prestação de serviços logísticos e locações. (iii) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frota utilizadas nas operações. (iv) Saldo de impairment provisionado pelas controladas Vamos e Movida referente ao impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, vide a nota 1.1.6. O valor é composto por: R\$ 3.727.351 com despesas de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, R\$ 7.531 referente à perda de valor recuperável no ativo imobilizado e R\$ 24.096 na rubrica de ativos de frota disponibilizados para venda. (v) O valor total de despesas com depreciação, amortização e perda de valor recuperável ("impairment") é de R\$ 4.042.291, e está apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa. (vi) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas. (vii) Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios na aquisição da subsidiária Best Points pela controlada Automob em 2024 e nas aquisições das subsidiárias IC Transportes e FSJ Logística, nos montantes de R\$ 216.493 e R\$ 43.162 respectivamente, pela controlada JSL em 2023.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	7.637	29.000
Aplicações financeiras	—	—
Juros recebidos de clientes	—	—
Atualização monetária de impostos a recuperar e depósitos judiciais	—	—
Receitas de financiamentos e produtos de créditos concedidos	—	—
Receita de mútuo	3.392	4.777
Outras receitas financeiras	—	—
Receita financeira total	11.029	33.777

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Adições sem desembolso de caixa:	1.220.093	870.808
Adições financiadas por arrendamentos a pagar, FINAME e risco sacado a pagar - montadoras	67.456	55.839
Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 18)	95.555	69.314
Adições do período liquidadas com fluxos de caixa	218.997	131.985
Variação no saldo de fornecedores, reverse factoring e montadoras de veículos a pagar	—	—
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	15.566.243	11.300.577
Demonstrações dos fluxos de caixa:	—	—
Imobilizado operacional para locação	14.859.243	10.477.540
Imobilizado para investimento	707.000	823.037
Total	15.566.243	11.300.577

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Adições sem desembolso de caixa:	1.220.093	870.808
Adições financiadas por arrendamentos a pagar, FINAME e risco sacado a pagar - montadoras	67.456	55.839
Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 18)	95.555	69.314
Adições do período liquidadas com fluxos de caixa	218.997	131.985
Variação no saldo de fornecedores, reverse factoring e montadoras de veículos a pagar	—	—
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	15.566.243	11.300.577
Demonstrações dos fluxos de caixa:	—	—
Imobilizado operacional para locação	14.859.243	10.477.540
Imobilizado para investimento	707.000	823.037
Total	15.566.243	11.300.577

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Adições sem desembolso de caixa:	1.220.093	870.808
Adições financiadas por arrendamentos a pagar, FINAME e risco sacado a pagar - montadoras	67.456	55.839
Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 18)	95.555	69.314
Adições do período liquidadas com fluxos de caixa	218.997	131.985
Variação no saldo de fornecedores, reverse factoring e montadoras de veículos a pagar	—	—
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	15.566.243	11.300.577
Demonstrações dos fluxos de caixa:	—	—
Imobilizado operacional para locação	14.859.243	10.477.540
Imobilizado para investimento	707.000	823.037
Total	15.566.243	11.300.577

Outros recebidos de clientes	-	-	67.456	55.839	Variação no saldo de fornecedores, <i>reverse factoring</i> e montadoras de veículos a pagar	(248.228)	(612.282)
Atualização monetária de impostos a recuperar e depósitos judiciais	-	-	95.555	69.314	Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	15.566.243	11.300.577
Receitas de financiamentos e produtos de créditos concedidos	-	-	218.997	131.985	Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Receita de mútuo	3.392	4.777	-	-	Imobilizado operacional para locação	14.859.243	10.477.540
Outras receitas financeiras	-	-	60.668	74.159	Imobilizado para investimento	707.000	823.037
Receita financeira total	11.029	33.777	1.662.669	1.202.105	Total	15.566.243	11.300.577

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Captação de empréstimos - JSPH: Em 28 de fevereiro de 2025 a Companhia antecipou o pagamento de empréstimos com o banco J.F. Morgan no montante de R\$ 182.025, incluindo a liquidação dos seus respectivos instrumento financeiro derivativos "swap", cujo vencimento era abril de 2026. Houve também a captação junto a XP Investimentos no montante de R\$ 200.000, com taxa de juros equivalente a 100% CDI mais 2,30% a.a. Essa nova operação possui vencimento do principal em 15 de fevereiro de 2028, com pagamentos mensais dos juros que se iniciam em 15 de março de 2025. **33.1 Ganho de licitação por controlada - segmento CS Infra:** Em 13 de março de 2025 a SIMPAR publicou Comunicado ao Mercado informando que o Consórcio Bloco Leste, composto pela CS Infra S.A. ("CS Infra"), com 51% de participação, e pela Terra Transportes e Participações S.A. ("Terra"), com 49%, venceu a Licitação EC/006/2023/SGM-STM, promovida pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo. A parceria público-privada (PPP) contempla a administração, manutenção, exploração comercial e requalificação de 13 terminais de ônibus e 6 estações do Expresso Tiradentes, atendendo cerca de 320 mil passageiros diários. A concessão se refere à prestação de serviços, com oportunidades de receitas acessórias, e não inclui a operação do transporte rodoviário de passageiros. A concessão terá duração de 30 anos. O fluxo de receitas começa no primeiro ano e deverá atingir o valor total de recebimento no segundo ano conforme as obras de requalificações dos terminais sejam concluídas, contando com garantias de origem dos recursos até o final do contrato. Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$120.000 nos dois primeiros anos, com mais R\$50.000 distribuídos até o final do contrato e não devem impactar na estratégia de desalavancagem da SIMPAR. Os recursos serão destinados à requalificação de instalações operacionais e administrativas, manutenção das estruturas de cobertura e aquisição de sistemas de monitoramento, assegurando a melhoria da qualidade dos serviços aos usuários. **33.2 Ganho de licitação por controlada - Mato Grosso - segmento CS Infra:** Em 14 de março de 2025 a SIMPAR publicou Comunicado ao Mercado informando que a comissão responsável pela licitação objeto do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 56/2024,

promovido pelo Estado do Mato Grosso, através de sua Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SINFRA/MT, declarou vencedora a proposta apresentada por sua controlada CS Infra S.A. ("CS Infra"), referente à concessão Lote 5 para operação, conservação e manutenção das rodovias MT-020 e MT-326 ("Concessão"). A Concessão terá duração de 30 anos com fluxo de recebimento no início do segundo ano, advindos das tarifas de pedágio após as implantações de seis pórticos de cobrança *free-flow*. Ao todo, são 308 km de malha rodoviária de grande importância na integração do Mato Grosso. Trata-se de um projeto *brownfield*, visto que as Rodovias já estão implantadas e encontram-se estrategicamente inseridas nas principais regiões do agronegócio brasileiro, com destaque para o escoamento de soja, milho, algodão e carne. Os investimentos durante o período de implantação serão de cerca de R\$ 320.000 até o sexto ano (média de R\$ 54.000 por ano), restando em média R\$ 28.000 ao ano a serem realizados até o final do contrato, que serão custeados pela geração de caixa da Concessão. Visto que o fluxo de recebimentos se inicia no segundo ano, tais investimentos não impactam a estratégia de desalavancagem da SIMPAR. Os recursos serão destinados à recuperação do pavimento, implantação de acostamento e dispositivos em nível, pórticos do sistema *free-flow*, assim como manutenção e melhoria na segurança rodoviária. O Contrato prevê diversos mecanismos de equilíbrio contratual, tais como proteção de banda de demanda, inadimplência, proteção cambial, proteção contra variação no reajuste de insumos e validação do CAPEX nos primeiros meses da Concessão. **33.3 Captação de Loan Credit Agreement - segmento Vamos:** Em 21 de março de 2025, a controlada Vamos contratou uma nova operação de crédito junto a um sindicato de bancos estrangeiros (em ordem alfabética: Bank Of China, Bladex, BNP Paribas, HSBC, MUFG e Natixis) no valor total de US\$ 325.000 (trezentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) com prazo total de 3 anos e pagamento de juros semestral. Essa dívida é denominada em dólares norte-americanos e objetivando a proteção contra risco cambial foi contratado uma estrutura de derivativos que resultará em um custo de aproximadamente 100% CDI. Esses recursos captados serão usados para investimentos e propósitos diversos do negócio, inclusive o gerenciamento de passivos (*liability management*).

DIRETORIA

Fernando Antonio Simões - Diretor Presidente

CONTADOR

Marcel E. Barbosa - CRC 1SP 222832/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **JSP Holding S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSP Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da JSP Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSP Holding S.A. e da JSP Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Diogo Maros de Carvalho
Contador - CRC 1SP248874/O-8



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>